

**O arquivo do etnomusicólogo Vergílio Pereira:
organização e descrição**

Ana Cristina Ramalho Henriques Correia

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação – Área de especialização em Arquivística**

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Abril de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação, especialização em Arquivística realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e do Dr. Pedro Penteado

Ao Luís, João e Gui

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Dr. Pedro Penteado pela paciência, disponibilidade e esclarecimentos facultados durante todo o processo de trabalho, assim como à Doutora Maria de Lurdes Rosa, pelas sugestões e indicações prestadas.

Ao Professor Joaquim Pais de Brito, antigo Diretor do Museu Nacional de Etnologia, por me ter permitido o acesso ao arquivo pessoal de Vergílio Pereira.

Ao atual Diretor do Museu Nacional de Etnologia, Dr. Paulo Costa, pelo encorajamento e apoio, demonstrados ao longo do processo.

À Dra Rosário Pestana, pela disponibilidade em esclarecer dúvidas e pelas palavras de incentivo.

Aos colegas do Museu Nacional de Etnologia, por ouvirem as minhas lamentações e desabafos e ao Alexandre Raposo pelas dúvidas esclarecidas.

Aos colegas de percurso de Mestrado, com os quais estabeleci amizade e que me acompanharam sempre com manifestações de apoio e, em especial, à Catarina, Joana e Milene pela ajuda prestada.

Por último, mas em primeiro lugar no coração, à minha família, especialmente ao meu marido e filhos, por terem aguentado as minhas ausências constantes.

*It is to run after the archive, even if there's too much of it, right where something in it
anarchives itself. It is to have compulsive, repetitive, and nostalgic desire for the
archive, an irrepressible desire to return to the origin, a homesickness, a nostalgia for
the return to the most archaic place of absolute commencement.*

(Derrida, 1995)

O ARQUIVO DO ETNOMUSICÓLOGO VERGÍLIO PEREIRA: ORGANIZAÇÃO E DESCRIÇÃO

ANA CRISTINA RAMALHO HENRIQUES CORREIA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: arquivos pessoais; arquivos de músicos; etnomusicologia; organização arquivística; descrição arquivística

Os olhares dos arquivistas sobre os arquivos pessoais são divergentes, quanto à forma como se devem organizar, descrever e comunicar mas coincidem quanto à importância de que se revestem para o estudo das personalidades que lhes deram origem.

O arquivo pessoal do músico e etnomusicólogo Vergílio Pereira ilustra a relevância deste tipo de documentação para a produção de conhecimento sobre um período da história da música portuguesa, que se situa entre a década de 20 a 60 do séc. XX.

O presente estudo tem como objetivos a organização e descrição da documentação pertencente ao arquivo pessoal de Vergílio Pereira, com recurso às normas publicadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, ISAD(G), ISAAR ISDIAH e ISDF com adaptações. Pretende-se, através da articulação das normas, representar a realidade dos documentos e do seu contexto de produção, de uma forma coerente e clara que permita ao utilizador aceder e recuperar a informação.

Numa primeira parte do trabalho, é apresentada a problemática e a fundamentação da metodologia utilizada. A seguir, é feita uma revisão da literatura na qual se apresentam diversas perspetivas de alguns autores sobre os arquivos pessoais, em geral, e os arquivos produzidos por músicos, em particular. As normas de descrição arquivística e o modelo concetual a ser desenvolvido são igualmente abordados, com a referência a algumas iniciativas desenvolvidas e apresentadas pelo Conselho Internacional de Arquivos. A terceira e última parte incide sobre o estudo de caso que constitui o arquivo de Vergílio Pereira. Neste capítulo, explicitamos o processo de organização da documentação, com a apresentação de um quadro de classificação construído a partir da identificação e estudo dos documentos, do produtor e das suas funções. Posteriormente, tomamos a descrição e a aplicação das normas como ponto de partida para refletir sobre o seu uso no arquivo de Vergílio Pereira e nos arquivos em geral.

THE ETHNOMUSICOLOGIST VERGÍLIO PEREIRA: ORGANIZATION AND DESCRIPTION

ANA CRISTINA RAMALHO HENRIQUES CORREIA

ABSTRACT

KEYWORDS: personal archives; musician's archives; ethnomusicology; archival description

The looks of the archivists on the personal archives are divergent, as to how they should organize, describe and communicate but coincide as to the importance for the study of the personalities that gave rise to them. The personal archive of the musician and ethnomusicologist Vergílio Pereira illustrates the relevance of this type of documentation for the production of knowledge about a period in the history of portuguese music, which is situated between 1920 and 1960 of the twentieth century.

The present study has as objectives the organization and description of the documentation belonging to the personal archive of Vergílio Pereira, using the standards published by the International Council on Archives, ISAD (G), ISAAR ISDIAH and ISDF, this last, adapted. It is intended, through the articulation of standards, represent the reality of the documents and their context of production, in a coherent and clear allowing users to access and retrieve information.

In the first part of this study, it is presented the issue and the reasons for the methodology used. The following is a review of the literature on which offer several perspectives of some authors on personal archives, in general, and the archives produced by musicians, in particular. Rules for archival description and the concetual model to be developed are also addressed, with reference to some initiatives developed and presented by the International Council on Archives. The third and last part focuses on the case study which is the Vergílio archive's. In this chapter, we have specified the organization process of documentation, with the presentation of a classification framework built from the identification and study of documents from the producer and their functions. Later, we take the description and the application of standards as a starting point to reflect on its use in the Vergílio Pereira and the archives in general.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA E PROBLEMÁTICA	3
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1 ARQUIVOS PESSOAIS E ARQUIVOS DE MÚSICOS: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA SUA REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	6
2.1.1 Os arquivos pessoais	6
2.1.2 Os arquivos de músicos.....	10
2.1.3 As normas de descrição arquivística e o novo modelo concetual	14
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: O ARQUIVO DE VERGÍLIO PEREIRA	19
3.1 VERGÍLIO PEREIRA : APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS.....	19
3.1.1 A Direção coral	20
3.1.2 Os levantamentos de música tradicional.....	23
3.2 HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA.....	25
3.3 O MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA	26
3.4 A ORGANIZAÇÃO E A DESCRIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO DE VERGÍLIO PEREIRA... ..	28
3.4.1 A organização	28
3.4.1.1 A classificação e ordenação.....	37
3.4.1.2 A construção do Quadro de Classificação	39
3.4.2 A Descrição.....	41
3.4.2.1 As Normas do CIA e a sua aplicação	43
3.4.3 A descrição integrada da informação arquivística: facilitar a divulgação do Arquivo de Vergílio Pereira	46
CONCLUSÃO.....	49
BIBLIOGRAFIA	51
LISTA DE FIGURAS OU ILUSTRAÇÕES.....	59
LISTA DE ANEXOS.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS

APPM - Archives, Personal Papers and Manuscripts

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

FNNA - Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas

FRD – Folha de Recolha de Dados

GEDA - Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística

IASA - International Association of Sound and Audiovisual Archive

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

ISAAR (CPF) - International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, Families

ISAD (G) - General International Standard Archival Description

ISDF - International Standard for Describing Functions

ISDIAH - International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings

JPDL - Junta de Província de Douro Litoral

ODA - Orientações para a Descrição Arquivística

PPA - Portal Português de Arquivos

RAD - Rules for Archival Description

RPA – Rede Portuguesa de Arquivos

INTRODUÇÃO

O arquivo pessoal de Vergílio Pereira, que se encontra no Museu Nacional de Etnologia, constitui o objeto da presente dissertação que tem como objetivos a compreensão do seu processo de organização e descrição para posterior difusão. Pretende-se, através do uso das normas de descrição arquivística ISAD(G) (General International Standard Archival Description), ISAAR (International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, Families), ISDIAH (International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings) e uma adaptação da ISDF (International Standard for Describing Functions), conjugadas entre si, produzir uma descrição consistente e coerente que represente a realidade dos documentos e do seu contexto de produção neste processo, bem como refletir sobre os procedimentos e opções tomadas.

Os olhares dos arquivistas sobre os arquivos pessoais são divergentes quanto à forma como se devem organizar, descrever e comunicar mas coincidem quanto à importância de que se revestem para o estudo das personalidades que lhes deram origem. Os documentos gerados por pessoas permitem-nos conhecer as atividades que desempenharam, os métodos de trabalho que desenvolveram e também a própria época em que se movimentaram e viveram. O arquivo de Vergílio Pereira ilustra a importância deste tipo documentação para a produção de conhecimento sobre um período da história da música de matriz rural portuguesa, tendo, inclusive, já sido objeto de estudo por parte de alguns etnomusicólogos.

Vergílio Pereira foi um músico, maestro, compositor e etnomusicólogo, que desenvolveu a sua atividade entre os anos 20 e 60 do século XX. Como maestro e regente, fundador de diversos grupos corais, produziu e acumulou documentos que testemunham a sua intensa atividade musical e que se traduzem em folhetos promocionais dos concertos, convites, registos de audições, correspondência e palestras. Enquanto compositor, harmonizou músicas tradicionais que recolheu e utilizou no repertório para coro, tendo escrito livros de canto coral e obras de caráter pedagógico.

Vergílio destacou-se como etnomusicólogo, tendo realizado, no norte e centro do país, um trabalho de levantamento sistemático de música de matriz rural, elegendo

preferencialmente os cantos polifónicos. Este processo metódico de recolha ficou registado através das gravações, que transcrevia e registava nos seus cadernos de campo, facultando-nos dados sobre os informantes, géneros musicais, locais, que complementava com anotações e fotografias. As gravações sonoras existentes no arquivo de Vergílio Pereira nunca foram editadas. O universo de músicas cantadas a várias vozes, predominantemente femininas, permanece desconhecido da maioria.

Não constitui objeto desta dissertação a descrição arquivística dos registos sonoros. Primeiro, porque a sua dimensão não iria permitir a execução do trabalho em tempo útil. Segundo, porque a digitalização e a identificação dos mesmos foi realizada previamente por uma etnomusicóloga, em 2005, sendo um ponto de partida para descrições futuras.

O estudo do arquivo pessoal de Vergílio Pereira não se esgota neste trabalho, o qual pretende contribuir para a sua divulgação e disponibilização futura, através da apresentação de propostas de organização e descrição arquivísticas que venham a permitir a valorização de um património arquivístico que se encontra pouco divulgado.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, procedemos à explicitação da metodologia utilizada e ao fundamento do uso do método quadripolar. Num segundo capítulo, é feita uma revisão da literatura em que se apresentam diversas perspetivas de alguns autores sobre os arquivos pessoais em geral e os arquivos produzidos por músicos: que características diferenciadoras possuem em relação aos arquivos institucionais ou que posições se cruzam ou distanciam quanto à sua organização ou descrição. As normas de descrição arquivística e o modelo concetual a ser desenvolvido são igualmente abordados neste capítulo, referindo algumas iniciativas desenvolvidas e apresentadas pelo Conselho Internacional de Arquivos.

O terceiro e o último capítulo incide sobre o estudo de caso que constitui o arquivo de Vergílio Pereira. Numa primeira parte, explicitamos o processo de organização da documentação, com a apresentação de um quadro de classificação construído a partir da identificação e estudo dos documentos. Numa segunda parte deste capítulo, tomamos a descrição e a aplicação das normas como ponto de partida para refletir sobre o seu uso no arquivo de Vergílio Pereira.

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA E PROBLEMÁTICA

O processo de organização e descrição de um arquivo pessoal deve, idealmente, culminar na criação de instrumentos que permitam ao utilizador aceder e recuperar a informação. Este processo não é linear e nem sempre claro; pressupõe o estudo da vida do produtor e da sua atividade, bem como a análise dos documentos e a reconstituição dos vínculos entre estes. Nesse sentido, cabe ao arquivista traduzir essas relações e torná-las claras para o utilizador.

Tendo em conta a premissa, a de representar a informação de forma precisa e clara, a presente dissertação parte da seguinte questão: como organizar e descrever o arquivo pessoal de Vergílio Pereira tendo por modelo as normas de descrição arquivística e torná-lo inteligível e acessível a uma comunidade mais alargada, que a de investigadores e etnomusicólogos?

A realização do trabalho compreendeu várias etapas. A primeira foi a pesquisa bibliográfica que incidiu, numa primeira fase, sobre os estudos produzidos sobre Vergílio Pereira e a história da música de matriz rural portuguesa, no período em que o músico e etnomusicólogo viveu e realizou o seu trabalho. Estes foram essenciais para a de produção dos documentos e para a construção da história biográfica, sendo de destacar a tese de doutoramento, intitulada “À luz do sol, ao pé da igreja: música, identidade e género na construção do Douro Litoral” e alguns artigos publicados pela etnomusicóloga Rosário Pestana e outros autores. No âmbito da sua investigação, catalogou sumariamente a documentação e fez a digitalização dos registos sonoros, daí que, para o presente caso, tenha constituído a interlocutora ideal para esclarecer algumas questões relacionadas com as atividades musicais de Vergílio Pereira e os seus processos de trabalho.

As pesquisas foram dirigidas igualmente para a literatura existente sobre os arquivos pessoais e arquivos de músicos, no sentido de compreender as características referidas como distintivas em relação aos arquivos institucionais e que abordagens são propostas quanto à representação da informação. Procedeu-se também ao estudo das normas de descrição arquivística, pelo que foram realizadas pesquisas sobre as normas publicadas pelo CIA (Conselho Internacional de Arquivos) e os modelos concetuais que

são propostos atualmente, tendo em conta a realidade digital e a troca de informações passíveis de serem feitas entre as diversas instituições via *web* e que têm como finalidade a disponibilização da informação ao utilizador.

A segunda etapa, centrada no objeto de estudo e no seu tratamento, consistiu na análise da documentação, identificação e descrição ao nível da unidade de instalação, num primeiro momento e a um maior detalhe posteriormente, dada a necessidade de ter contacto direto com os documentos e de estabelecer eventuais relações entre eles. Para o efeito, foi construída uma Folha de Recolha de Dados (FRD) com os elementos da ISAD(G). Seguiu-se a construção de uma história biográfica de acordo com as leituras efetuadas e, tomando também como base a identificação das atividades desempenhadas por Vergílio Pereira, foi construído o quadro de classificação. As normas de descrição arquivística ISAD(G), ISAAR, ISDIAH e a ISDF adaptada, foram utilizadas, já numa fase posterior, para a descrição ao nível do fundo e da série.

O método de investigação utilizado enquadra-se no modelo desenvolvido por Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (SILVA, RIBEIRO, 2002) para a Ciência da Informação, a partir da proposta dos belgas Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc De Schoutete (SILVA, 2015, p. 28), designado como Método Quadripolar e que consiste na interação dinâmica de quatro pólos:

- o Pólo Epistemológico, que delimita a construção do objeto de análise e da problemática da investigação a partir do posicionamento num paradigma de construção científica;

- o Pólo Teórico que compreende as teorias, as hipóteses e modelos que são produzidos e alterados durante a etapa de investigação e que corresponde ao processo da descoberta;

- o Pólo Técnico, momento em que existe o contacto com a realidade concreta. Neste pólo, são destacadas três operações: 1ª Observação directa e indirecta (de casos e de variáveis); 2ª Experimentação; 3ª Análise/Avaliação retrospectiva e prospectiva; Corresponde ao trabalho realizado sobre o caso do Arquivo Vergílio Pereira no Museu Nacional de Etnologia.

- o Pólo Morfológico, em que se assume por inteiro a análise/avaliação realizada e se parte não apenas para a configuração do objecto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção, relativamente à função de comunicação. Trata-se da organização e da apresentação dos resultados e dados obtidos (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 88-90, apud SILVA, 2015, p. 32).

Assim, parte-se do Pólo Epistemológico, dentro do paradigma emergente da Ciência de Informação, o paradigma pós-custodial, informacional e científico. No Pólo Teórico, incluem-se a pergunta de partida, as leituras efetuadas, as teorias que sustentam e o estudo de caso do arquivo pessoal de Vergílio Pereira. No Pólo Técnico, testam-se as hipóteses, as teorias, com a aplicação dos princípios e das normas arquivísticas. No âmbito do Pólo Morfológico, procedeu-se à análise de todos os elementos e produziu-se uma reflexão sobre o processo de organização e descrição do arquivo de Vergílio Pereira e à justificação das opções tomadas.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Arquivos pessoais e arquivos de músicos: considerações em torno da sua representação arquivística

2.1.1 Os arquivos pessoais

Existem várias perspectivas, dentro da comunidade arquivística, quanto à forma de organizar e descrever os arquivos pessoais.

O olhar dos arquivistas diverge e às vezes parece dissonante, mas os trabalhos incidentes sobre estes arquivos, os encontros promovidos, tanto a nível nacional como internacional, revelam um interesse crescente desde as últimas décadas. A importância do seu estudo é agora indiscutível, mas durante muito tempo, os arquivos pessoais tiveram pouca atenção da comunidade arquivística ou foram sequer considerados à luz das teorias arquivísticas, sendo-lhes negado o mesmo estatuto do que o atribuído aos arquivos públicos (BELLOTO, 1998, p. 202; CAMARGO, 2009, p. 29; HEYMANN, 2009, p. 43).

Partindo de uma noção mais alargada, consideramos os arquivos pessoais como estando integrados na definição de arquivos privados, tal como é proposto por Fernanda Ribeiro (1998, p. 354) que os considera como “todos os que resultaram da atividade e da administração de coletividades (instituições, famílias, empresas) e pessoas individuais, nos seus domínios próprios, independentemente de tais domínios terem resultado de doações ou concessões régias ou do Estado”.

No “Dicionário de Terminologia Arquivística” (ALVES, 1993, p. 9) não é apresentada nenhuma definição para arquivos pessoais presumindo-se que estes estejam incluídos na definição de arquivo privado como aquele que é “produzido por uma entidade de direito privado”. Esta definição, generalista, inclui outros arquivos, como os arquivos eclesiásticos, de empresas e de família, para os quais existe uma entrada remissiva, mas exclui os arquivos pessoais.

Fernanda Ribeiro (1998, p. 356-357) faz igualmente referência à fraca representatividade deste tipo de arquivos, nomeadamente os mais antigos, pelo pouco

interesse do seu estudo no passado. Os que existiam eram constituídos, na sua maioria, por arquivos de personalidades que tiveram uma determinada importância política, social ou cultural sendo por vezes fundidos com outros resultantes dos cargos oficiais que desempenhavam. Isto explica a sua integração nas instituições a que estavam ligados, geralmente arquivos de administração pública.

Segundo Terry Cook (1998, p. 132-133) e Rob Fisher (2009, p. 2), a distinção entre arquivos pessoais e públicos começa com Hilary Jenkinson e Theodore Schellenberg ao aplicarem apenas os princípios e teorias arquivísticas aos arquivos governamentais, excluindo por isso mesmo, os arquivos pessoais. Jenkinson parte da ideia, refutada por Terry Cook (1998, p. 132), de que estes não têm valor autêntico nem probatório e que não são produzidos naturalmente no decurso das suas atividades, tendo sido constituídos de forma artificial e arbitrária. Schellenberg, por outro lado, embora admita a existência de arquivos privados, considera que os documentos arquivísticos têm de ser produzidos com um propósito, no contexto de uma atividade organizada, por oposição aos documentos que integram os arquivos pessoais os quais vê como produtos espontâneos de um pensamento ou desejo (SCHELLENBERG apud FISCHER, 2009, p. 12-13).

Estas posições marcaram durante décadas o pensamento arquivístico, arredando os arquivos pessoais para uma posição secundária.

Na perspetiva de Schellenberg (apud Fischer, 2009, p. 15) um documento de arquivo é definido pelo seu valor probatório e autenticidade e o contexto em que foi produzido, como prova das funções e atividades de uma instituição, espelhando as suas estruturas e órgãos de funcionamento. Os documentos produzidos ou acumulados por pessoas assemelham-se mais a documentos de biblioteca, sem vínculo orgânico e mais próximos de coleções.

Para Terry Cook (1998, p. 131) “os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal”. Terry Cook (1998, p. 139) considera que, com todas as mudanças ocorridas na estrutura das organizações, os seus arquivos já não representam a ordem espontânea e natural com que foram criados, colocando em causa o princípio de proveniência e da ordem original, no sentido em que não existe um só produtor para a

produção de documentos, nem uma só proveniência, nem estes representam mais a ordem original com que foram produzidos. Numa sociedade transformada pela tecnologia, a crescente produção de informação e a instabilidade das estruturas das instituições, o papel passivo e de guardião da memória, defendido por Jenkinson, já não existe mais: ao arquivista exige-se agora que compreenda a natureza diversa dos documentos, que investigue e identifique as funções que tiveram na sua origem, o seu contexto e que implemente procedimentos que visem assegurar o controlo intelectual dos arquivos, através da classificação, descrição e avaliação. Por conseguinte, e segundo Terry Cook, os arquivos devem ser tratados como iguais e adotados os mesmos modelos teóricos aplicados aos arquivos públicos já que se ocupam ambos de documentar as transações, sejam elas pessoais ou institucionais.

Ana Camargo (2009, p. 28) defende igualmente o uso de procedimentos comuns para os arquivos institucionais e documentos produzidos por pessoas individuais, reconhecendo-os como conjuntos orgânicos e autênticos, testemunho das atividades dos seus criadores. O valor de prova terá de ser assegurado pelo arquivista, ao preservar e manter o vínculo que liga os documentos; para isso tem de se ter em conta a sua proveniência e o contexto em que foi produzido. Sem a reconstituição dos vínculos dos documentos, a função de prova perde-se.

Compreender a funcionalidade dos documentos e o seu contexto de uso é essencial para evitar práticas que visem a seleção dos documentos na altura da sua incorporação e que eliminam os livros, recortes de imprensa ou outros por não se enquadrarem na conceção mais clássica de documento de arquivo e por focarem a atenção no conteúdo e não no contexto (CAMARGO, 2009, p. 29-20; SILVA, 2004, p. 61). Estas práticas desvirtuam o arquivo pois ignoram o uso dado a estes documentos e o contexto em que foram criados.

A necessidade de transpor para os arquivos pessoais os mesmos procedimentos adotados nos arquivos públicos não é consensual e segundo Luciana Heymann (2009, p. 43) advém da necessidade de estes serem validados pela teoria arquivística, uma “defesa” dos arquivistas tendo em conta o lugar secundarizado que ocupam. Embora admita a necessidade de preservar a organicidade destes conjuntos documentais defende igualmente uma abordagem que tenha em conta as suas especificidades.

Catherine Hobbs (2001, p. 127) já havia levantado essa mesma questão: o que distingue os arquivos pessoais dos outros? Segundo a autora, são as idiossincrasias, a aparente desordem em que muitos documentos se encontram e que permitem revelar a personalidade do seu criador e a sua visão do mundo, residindo aí o seu valor ¹.

Se Catherine Hobbs (2001, p. 127-128) realça a psicologia e a “intimidade”² nos arquivos pessoais como algo a ser valorado, Luciana Heymann (2009, p. 50-51) considera a acumulação dos documentos por parte do produtor com outros fins que não os de prova, atribuindo-lhes uma intencionalidade que visa a construção de uma determinada imagem ou uma motivação que o impele a guardar determinados documentos em detrimento de outros. Neste caso, seria o contexto de acumulação a ser estudado ou a motivação original que deu origem à constituição do próprio arquivo. Luciana Heymann (2009, p. 53-54) faz referência também à dificuldade de reconstituir o contexto em que foram inicialmente gerados, pelo que sugere outras abordagens no que diz respeito à organização dos arquivos pessoais.

Catherine Hobbs (apud DOUGLAS, 2013, p. 30) referindo-se à sua experiência com os arquivos de escritores, defende a manutenção da ordem original dos documentos, essencial para entender o processo criativo dos seus criadores. A autora refere a dificuldade dos profissionais em reconstituir a ordem original³ e a falta de consenso em torno da definição deste conceito (DOUGLAS, 2013, p. 156-157). Esta

¹ A propósito das idiossincrasias e aparente desordem nos arquivos pessoais, atente-se no comentário feito por Terry Cook, no blog *Reading Archives*, de Richard Cox, a propósito da recensão à obra *Walter Benjamin's Archive: Images, Texts, Signs*: “The book underlines too that archivists, in understandably wishing to impose order, logic, rationality, system, evidence qualities, on institutional records, especially digital records, may too easily dismiss the value found in dis-order, overlook the “evidence” revealed by a collector’s idiosyncrasies, and be blind to collecting and hoarding passions, all of which can reveal much about the values of the person’s life.” COOK, Terry– [Mensagem]. IN COX, Richard – [blog] *Reading Archives*. January, 12, 2008. Disponível na URL: <http://readingarchives.blogspot.pt/2008/01/walter-benjamin-and-archives.html>

² Sobre o lado intimista nos arquivos pessoais, Catherine Hobbs afirma: “There is an intimacy in the personal archive not present in the collective, corporate, formalized record-keeping system. These intimate elements are reflected not only in the content and organization of personal records, but come into play in the archivist’s direct interaction with the creator/donor during appraisal, acquisition, and subsequent management of personal archives” (2001, p. 127).

³ ROUSSEAU e COUTURE incluem o princípio do respeito pela ordem original no conceito de princípio da proveniência. Segundo os autores, o princípio da proveniência comporta dois graus; o primeiro, visa o respeito pela autonomia de cada fundo, não misturando os seus documentos com outros de diferente proveniência, o segundo, exige a manutenção da ordem original com que os documentos foram produzidos (1998, p. 83-84).

ordem original pode não ser a mesma, considerando, em muitos casos, a intervenção de várias pessoas na sua organização ou arrumação aquando da incorporação nos arquivos após a morte do seu produtor, daí a necessidade de representar essa informação de forma mais detalhada na descrição arquivística.

As características que diferenciam os arquivos pessoais passam pelos espaços vazios que continuam por preencher: a história do arquivo, a forma como foi construído, classificado, os documentos que foram excluídos ou a quantidade de intervenientes que participaram nesse processo. A organização e representação da informação através da sua classificação e descrição não é um processo neutro: implica escolhas, mediante a informação que o arquivista dispõe e pode condicionar a forma como os arquivos são consultados pelos utilizadores (DOUGLAS, 2009, p. 78).

2.1.2 Os arquivos de músicos

Os estudos publicados a partir da consulta dos arquivos de músicos são reveladores da sua importância pois permitem perceber uma parte da história da música relativa ao período em que viveram e também conhecer os seus processos criativos ou os métodos de trabalho que utilizaram através dos documentos que produziram e acumularam.

Os trabalhos realizados a partir da consulta e estudo dos arquivos, permitem-nos conhecer as perspetivas dos investigadores, as suas perceções sobre o material arquivístico e o seu produtor (GIGA, 1989 ; PESTANA, 2011 ; SARDO, 2009) ou a visão do arquivista que participa no processo de descoberta da “dimensão humana” e criativa enquanto simultaneamente, organiza e descreve a documentação (RUIZ, 2008, p. 134-137). Esta característica não é exclusiva dos arquivos dos músicos e permanece como uma marca distintiva dos arquivos pessoais que evidencia a importância deste património.

Os arquivos de músicos, segundo alguns autores, têm sido relegados para um segundo plano. Autores como André Guerra Cotta (2006, p. 25-26) e Salwa Castelo-Branco (2009, p. 187) denunciam a ausência de políticas culturais para estes arquivos, as quais tendem a votá-los ao esquecimento, comprometendo a sua preservação. Este

desinteresse levou à perda e dispersão de muitos acervos dando origem, inclusive, a práticas de colecionismo, fragmentadoras e que afetam a integridade dos arquivos. Salwa Castelo-Branco refere igualmente a necessidade de “...identificar, reunir, salvaguardar e disponibilizar os registos da memória sonora do país..” (2009, p.109) e critica a ausência de uma instituição de âmbito nacional capaz de garantir a preservação do património sonoro em Portugal.

Nos últimos anos novas tendências têm-se afirmado no que diz respeito ao uso do património sonoro que indiciam uma mudança, tanto na posição dos arquivistas como na dos etnomusicólogos. Na segunda metade do séc. XX, acontecimentos como a descolonização, a valorização dos direitos humanos, e mais recentemente, a revolução digital, influenciaram a forma como os acervos arquivísticos começaram a ser explorados e divulgados provocando mudanças drásticas nas políticas de acesso, no tratamento arquivístico e no perfil do utilizador (LANDAU, FARGION, 2012, p. 128). Se no início o estudo destes arquivos se centrava nos objetivos dos investigadores, em proveito das suas investigações, agora surgem novas posições que reclamam uma atitude proactiva por parte destes, em defesa de uma maior partilha do conhecimento (SEEGER, 1987, p. 267). Esta nova tendência está presente no texto de Carolyn Landau e Janet Topp Fragon (2012) que introduzem vários estudos de caso onde o papel do etnomusicólogo é levado mais longe do que o de mero observador e onde participa ativamente na divulgação das gravações sonoras junto das comunidades cuja herança cultural nelas está representada. Terry Cook (2013, p. 115-116) destaca igualmente esta mudança de paradigma em relação aos arquivos em geral, em que a identidade cultural e a memória passam a fazer parte de um novo discurso, que envolve as comunidades e os arquivistas.

O movimento designado como etnomusicologia aplicada (LANDAU, FARGION, 2012, p. 127-128) encerra a ideia da responsabilidade social, fundamentada na ética e no conceito de reciprocidade. Este novo interesse leva também as instituições a alterarem as suas políticas de acesso e a lidar com os problemas suscitados, nalguns casos, pela herança colonial, com a reclamação de arquivos por parte das comunidades envolvidas e o receio por parte de alguns etnomusicólogos em cederem

as suas gravações de campo aos arquivos ou bibliotecas, receio este justificado pela associação à ideia do colonialismo (FARGION apud LANDAU, FARGION, 2012, p. 130).

Os materiais e documentos de campo produzidos pelos etnomusicólogos são objeto de discussão e levantam questões que se prendem com o seu uso arquivístico. Anthony Seeger (1986, p. 264) critica a ausência de referências aos registos sonoros originais usados nos estudos realizados por etnomusicólogos, que se limitavam a publicar as transcrições, sem qualquer indicação da sua origem e localização nos arquivos. A impossibilidade de aceder às *performances* originais impedia posteriores análises comparativas. Referia, igualmente, a importância de preservar os documentos produzidos pelos etnomusicólogos em contexto de trabalho no terreno, cabendo às instituições recebê-los.

O crescente interesse pelos arquivos musicais obrigou também a um maior investimento por parte do arquivista na sua organização, pressionado pelos etnomusicólogos que temiam a sua perda ou dispersão (CABEZAS BOLAÑOS, 2005, p. 82). O arquivista vê-se confrontado com questões relacionadas com as próprias características dos documentos como a diversidade de materiais e suportes e os problemas que se levantam com a sua preservação. A incapacidade técnica de lidar com os diversos materiais e o fraco interesse das instituições em preservá-los, aliados à ausência de normas específicas para a sua descrição, são referidas por alguns autores. Os materiais têm um tempo de vida limitado e caso não sejam feitas cópias estes poderão desaparecer. Na ausência de cópias é necessário equipamento para que estes possam ser lidos mas nem sempre é possível providenciá-lo, dado a sua obsolescência (PATON, 1990, p. 276-278). A questão da preservação física dos materiais está muito presente, mas não é a única a ter a atenção dos arquivistas.

A organização e descrição da documentação de música oferece algumas dificuldades, tendo em conta as especificidades dos suportes por um lado, e a informação considerada importante para o utilizador que se quer traduzida pela descrição, mas a produção de normas, manuais e procedimentos arquivísticos orientados para este tipo de documentos é referida como quase ausente pela generalidade dos autores (PATON, 1990, p. 277 ; COTTA, 2006, p. 33 ; SERAFIM, 2014, p. 7).

Gregório Caldeira (2011, p. 82) refere a dificuldade em descrever os documentos de música somente com recurso à ISAD(G) e apresenta, como alternativa, normas a serem utilizadas em conjunto. Esta dificuldade é referida quando os documentos são descritos a um nível mais granular e variam em função das especificidades dos documentos. Lucília Runa (2011, p. 128) refere este aspeto, e a necessidade de serem pensadas e desenvolvidas normas e orientações específicas para dar resposta aos problemas sentidos pelos arquivistas perante suportes e características diferentes que alguns documentos apresentam. Estas orientações, normas ou manuais poderiam, segundo a autora, ser desenvolvidas em conjugação com as orientações nacionais para a descrição arquivística, com recurso a uma equipa multidisciplinar.

Gregório Caladeira (2011, p. 54-55) menciona a utilização de outras normas criadas para responder às especificidades dos documentos de música, de matriz biblioteconómica, dando o exemplo das normas canadianas RAD (Rules for Archival Description) ou das IASA (International Association of Sound and Audiovisual Archive) e que propõe para serem usadas em conjugação com a ISAD(G) e a ODA (Orientações para a Descrição Arquivística). As ODA também não prevêm normas específicas para documentos com características diferentes. O autor refere igualmente a fraca utilização da norma ISAD(G) pelos arquivistas na descrição deste tipo de documentos (2011, p. 20).

Esteban Cabezas Bolaños (2005, p. 91), que defende a aplicação de todos os princípios teóricos arquivísticos que são usados nos arquivos institucionais aos arquivos musicais, menciona a ISAD(G) e a ISAAR embora não explique a sua aplicação no caso concreto dos documentos musicais.

Na ausência de normas específicas para a descrição de suportes especiais referido por vários autores que, no caso concreto, lidam com documentação de música, a opção passa por escolher, de acordo com a decisão do arquivista e a política da instituição, outras normas para serem utilizadas em conjugação com a ISAD(G). Mas se esta é uma dificuldade que limita ou condiciona o trabalho do arquivista, que outras opções este possui para descrever e divulgar o arquivo no seu todo? Que normas, para

além da ISAD(G) existem e que esforços tem feito a comunidade arquivística para fomentar a sua utilização?

2.1.3 As normas de descrição arquivística e o novo modelo concetual

Quer estejamos perante um arquivo produzido por uma pessoa ou uma entidade coletiva o que se pretende é “melhor representar” (RIBEIRO, 2012, p. 7) e criar instrumentos de pesquisa que permitam o acesso à informação e a difusão dos arquivos. E que modelos/normas são propostas para divulgar e comunicar os arquivos?

A representação da informação e a necessidade de descrevê-la de uma forma consistente, tendo em conta as características dos documentos, colocam dificuldades aos arquivistas. Os autores convergem na necessidade de olhar de outra forma para esses arquivos para além das teorias convencionais da arquivística. Estas perspetivas diferentes são resultado das suas experiências ao lidarem com os arquivos pessoais e das dificuldades que encontraram no percurso. Alguns dos autores aqui mencionados referem a utilização da norma ISAD(G) e no caso dos arquivos musicais, outras normas específicas usadas em conjunção. Aliás, a própria norma ISAD(G) aconselha o seu uso complementado com outros manuais, previamente desenvolvidos para documentos de biblioteca precisamente por não terem sido ainda desenvolvidas normas específicas para documentação com características diferentes (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 10). Esta ausência de normalização coloca algumas questões, nomeadamente a sua aplicação na *web* e em bases de dados cujos parâmetros obedeçam aos definidos pelas normas arquivísticas já desenvolvidas. A troca de informações entre instituições pressupõe a existência de parâmetros comuns, daí a necessidade de normalização. As normas de descrição arquivística desenvolvidas pelo CIA surgiram precisamente desta necessidade de uniformizar procedimentos e conciliar diversas tradições arquivísticas, variáveis consoante o país de origem.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e o aumento exponencial da informação propiciou o contato entre as instituições e a troca de informações via *web*. Havia que integrar, a nível nacional e internacional, estas diferentes práticas arquivísticas e desenvolver normas comuns (RUNA, 2011, p. 164). O processo de

desenvolvimento de normalização surgiu a ritmos diferentes, com alguns países a desenvolverem as suas próprias normas e orientações, nomeadamente a Inglaterra com o MAD (Manual of Archival Description), os Estados Unidos e o manual APPM (Archives, Personal Papers and Manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies and manuscript libraries) e o Canadá com as RAD (RUNA, 2011, p. 163; PAIXÃO, p. 39-40).

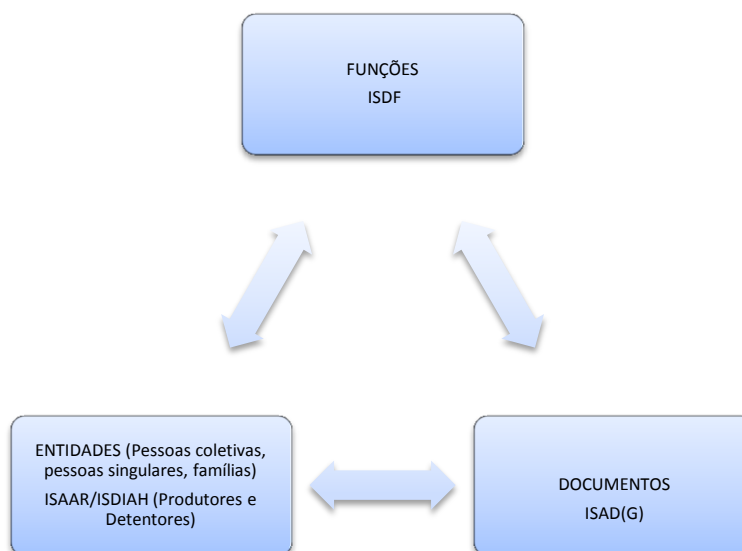
A publicação das primeiras normas ISAD(G), em 1994, surge neste contexto e foi desenvolvida a partir dos manuais MAD, APPM e as normas RAD (PAIXÃO, 2011, p. 51). Em 2000, foi elaborada uma segunda versão que incluía as sugestões e contribuições da comunidade arquivística. A ISAD(G) pretendia: a) assegurar a produção de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos de arquivo; c) possibilitar a partilha de dados de autoridade; e d) tornar possível a integração de descrições provenientes de diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, p. 10). Esta norma não prevê regras específicas para documentos com características especiais, sendo a sua aplicação genérica.

As outras normas surgiram nos anos subsequentes: a ISAAR (International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, Families) em 1996, que passou quase despercebida, tendo sido lançada a 2ª versão em 2004, a ISDF (International Standard for Describing Functions) em 2007 e a ISDIAH (International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings) em 2008.

Cada uma destas normas foi pensada para permitir o controlo e utilização de pontos de acesso normalizados e são para serem usadas de forma conjugada “...com o objectivo de potenciar o trabalho de descrição e a posterior recuperação da informação” (ODA, 2007, p. 16). O seu uso é igualmente feito em articulação com as normas ou orientações nacionais para a descrição arquivística que, no caso português, são as ODA.

A ISAD(G) centra-se no controlo e criação de pontos de acesso para os documentos, a ISAAR para as entidades (pessoas coletivas ou individuais), a ISDIAH para a descrição de entidades com acervos arquivísticos e a ISDF para as funções. Esta

última norma não inclui no âmbito da sua aplicação os arquivos pessoais. O modelo seguinte representa a aplicação destas normas:



A separação dos componentes de descrição permitiria a pesquisa pelos utilizadores de uma forma mais dinâmica. A ideia subjacente seria a de articular as várias componentes da descrição que reunidas formariam uma descrição completa. Esta ideia não era nova e já tinha sido colocada em prática por Peter Scott, em 1966. Peter Scott (1966) constatou que existiam situações em que os documentos transferidos de uma organização tinham sido na realidade produzidos por outra. Ao aplicar a descrição ao nível de Fundo, descrevendo o último produtor, perdia-se o contexto e integridade das séries documentais. A solução passava por descrever separadamente os documentos e o contexto administrativo. As séries ligavam-se às funções e atividades de várias organizações e não a uma só em particular e a recuperação da informação passava por documentar todas as relações existentes.

O reconhecimento da importância das funções e a necessidade de documentar o contexto de criação dos documentos é assumido na introdução da norma ISDF (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 4). A esta norma estão associadas as normas ISO 23081-1:2006 Information and documentation - Records Management Processes - Metadata for Records, e a ISO 15489 - International Standard on Records Management, publicadas pela International Organization for Standardization (ISO). A ISO 23081-1:2006 é uma norma que fornece orientações para a criação e a utilização

dos metadados na gestão de documentos de arquivo, que reporta à Norma ISO 15489, e estabelece um quadro para a gestão desses mesmos metadados.

Apesar da intenção manifestada nas introduções às normas ISAD(G), ISAAR, ISDIAH e ISDF, a sua utilização conjunta não foi adotada com sucesso pela comunidade arquivística. A ISAD(G), como já foi referido, foi a norma com mais aceitação logo de início, talvez pelo facto de se centrar na descrição do documento baseada na proveniência e por incluir todas as facetas da descrição, enquadrando-se, por isso, na prática descritiva tradicional (GUEGUEN [et al.], 2013, p. 101). Na “Declaração de Princípios em Relação à Descrição Arquivística”, publicada em 1992, um dos princípios enunciados aludia à integração das descrições num único sistema de informação mas as normas do CIA não dão orientações como fazê-lo.

Em 2008, no 16º Congresso Internacional de Arquivos, em Kuala Lumpur, ficou decidido que seria desenvolvido um compêndio sobre as normas desenvolvidas pelo CIA que, entre outros objetivos propostos, explicasse como as estas se relacionam e articulam entre si e criasse um entendimento comum da estrutura, conteúdo, usos e formatos para os quais as normas foram criadas (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2012, p. 3). Em 2012, em resultado das decisões e reflexões em torno destas questões, foram publicados dois documentos que visavam a análise das quatro normas e a sua interligação, o *Relationship in Archival Descriptive Systems* e o *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive Standards*. Em virtude destes encontros e troca de informações constatou-se que as normas revelavam algumas inconsistências tendo sido recomendado a criação de um modelo conceitual que iria servir para fazer a revisão das quatro normas do CIA. Nesse mesmo ano, foi criado o Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA), que ficou responsável pelo desenvolvimento desse modelo conceitual, previsto para 2016 (GUEGUEN [et al.], p. 105).

Segundo o GEDA, alguns problemas têm dificultado a implementação com sucesso destas normas: as práticas descritivas são menos normalizadas que as das outras comunidades, problemas decorrentes da complexidade das práticas descritivas e a ausência de uma estrutura conceitual dificultaram até ao presente a troca de

informações e a colaboração com outras comunidades ligadas aos museus, bibliotecas, etc. A forma como as descrições são integradas e a troca de informação se processa a nível tecnológico impõe a criação de um modelo conceitual e orientações para o desenvolvimento de um sistema de descrição arquivístico (GUEGUEN, 2013, p. 102), similar ao criado para acomodar a catalogação bibliográfica, o *Functional Requirements for Bibliographic Records*, lançado pela IFLA (International Federation of Library Associations) nos anos 90 (GUEGUEN [et al.], 2013, p. 109). O Grupo de trabalho para a Descrição Arquivística teve em conta alguns modelos já existentes como o desenvolvido pela CNEDA (Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística), *Modelo conceptual de descripción archivística y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones*, o modelo finlandês *Towards the new era of archival description - the Finnish Approach*, e o modelo australiano *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0*, 2008 (AGRkMS) (PITTI [et al.], 2014, p. 7). O modelo australiano baseia-se nas normas *Australian Standard on Records Management* (AS ISO 15.489) e a *Metadata for Records* (AS ISO 23.081). O AGRkM apresenta uma abordagem de descrição Entidade Múltipla e distingue cinco entidades: o Documento, Agente, Função, Mandato e Relacionamento (GUEGUEN [et al.], p. 110-111).

A criação do modelo concetual e de uma ontologia própria inclui a consulta de outros modelos já desenvolvidos por diferentes países. Os instrumentos normativos desenvolvidos, como referido por Pedro Penteado (2010, p. 4), não são neutros; o modelo finlandês tem na sua conceção pressupostos e perspetivas teóricos/práticas, assim como o desenvolvido pela arquivística australiana, aliás, este último com muita influência nas contribuições feitas durante as iniciativas realizadas pelo CIA.

As contribuições da CIA, em colaboração com a ISO, para a normalização da descrição arquivística, que agora se quer mais dinâmica e potenciada pelas novas linguagens semânticas desenvolvidas e aplicadas nas bases de dados em ambiente *web*, permitem a utilização de normas que, embora ainda em estudo, podem ser aproveitadas para descrever a documentação pertencente quer a arquivos produzidos por pessoas coletivas ou individuais.

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: O ARQUIVO DE VERGÍLIO PEREIRA

3.1 Vergílio Pereira : apontamentos biográficos

Vergílio José Gaspar Pereira nasceu a 7 de Outubro de 1900, na freguesia de Vilela, concelho de Paredes (distrito do Porto). Filho de António Gaspar Pereira e de Francisca Romana Coelho Pereira, cresceu num meio musical influenciado pelo seu pai, fundador e regente da Banda Musical de Vilela. Frequentou a Escola Normal do Porto (onde concluiu o curso de Magistério Primário em 1919), o Conservatório de Música e a Academia Mozart, no Porto. Foi professor e diretor da Escola Anexa à Normal do Porto, inspetor de Canto Coral nos estabelecimentos de ensino secundário e professor de Canto Coral da escola Ramalho Ortigão.⁴

Escreveu manuais para ensino coral e também se dedicou à composição. Entre as obras incluem-se o “Coros Lusíadas (para a juventude)” e “Coral infantil (coros a 2 e 3 vozes)”. Publicou estudos sobre música em várias publicações periódicas, entre as quais “O Tripeiro”, para o qual escreveu artigos sobre as temporadas musicais no teatro S. João, no Porto. O “Velho Porto Musical” foi publicado entre 1960 e 1967, os últimos números já a título póstumo.

Vergílio Pereira era sócio das associações Jornalistas e Homens de Letras do Porto, da Sociedade Portuguesa de Autores e Compositores, delegado do “Concerto Ritmo” (Madrid) em Portugal e da “Revista Musical” e membro correspondente em Portugal da Federação Musical Popular Francesa⁵

Em 1957, em reconhecimento do seu trabalho, foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Instrução Pública. O seu trabalho como regente era reconhecido, tendo-lhe ocupado uma grande parte da sua vida profissional.

⁴ Informação obtida a partir da consulta de: *Vergílio Pereira: curriculum vitae*. PT/DGPC-MNE/A/06/0001.

⁵ CASTELO - BRANCO, Salwa El-Shawan, dir. (2010) - Pereira, Vergílio José Gaspar. In *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol L-P, p. 988-989

3.1.1 A Direção coral

Vergílio Pereira possuía carteira profissional de Chefe de orquestra. Dirigiu e fundou vários grupos corais, com os quais obteve notoriedade e reconhecimento público e a sua contribuição foi decisiva para a divulgação do canto coral, que desde as primeiras décadas séc. XX, impulsionado pelos ideais republicanos da educação pela arte, vinha conquistando espaço e importância. O orfeão surge também como um instrumento político capaz de mobilizar as camadas mais jovens e populares, numa visão que congregava os valores nacionalistas de exaltação patriótica, o sentido comunitário de partilha (SILVA, 2001, p. 145).

No Portugal das primeiras décadas do séc. 20, a música portuguesa de matriz rural, nascida longe da urbe, é usada pelo poder político como símbolo da identidade nacional e é considerada como a verdadeira essência do povo⁶. A música aparece representada através dos ranchos folclóricos, na sua versão mais popular, sendo os grupos corais e orfeões a interpretação artística da música do povo, com recurso a repertório coligido e harmonizado pelos coletores (SARDO, 2009, p. 445). O canto orfeónico apareceu, neste contexto, como um exemplo de civilidade e progressão executado por elementos não profissionais, pertencentes às camadas populares, capazes de executar um repertório que tanto incluía o cancionário popular como os clássicos da denominada música erudita⁷.

Os grupos corais tiveram o seu espaço de atuação nas principais vilas e cidades, nas coletividades, escolas e instituições, representando para públicos distintos e em espaços diferenciados (PESTANA, 2010, p. 98). Vergílio Pereira foi um dos rostos desta

⁶ A música popular portuguesa, de raízes rurais, consideradas impolutas e genuínas, foi usada pelo Estado como uma bandeira da nação, desde as primeiras décadas do séc. XX e defendida por António Ferro, num fenómeno designado como *folclorização*. Ver: Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Jorge Freitas Branco (org.) (2003) - Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal. Lisboa: Celta. 669 p.

⁷ “O repertório alcançou o consenso social ao fazer apelo apenas à tradição escrita dos ‘grandes’ compositores da música ocidental e à tradição musical oral do ‘povo português’, depurada em composições nacionalistas, em ‘estilizações’ ou ‘harmonizações’. As tradições escrita e oral emprestaram aos elementos do orfeão uma linhagem que não possuíam, linhagem essa que, paradoxalmente, permitiu inscrever as transgressões à ordem necessárias à emergência desse novo campo social. Neste jogo de cedências e reivindicações, o repertório foi central”(PESTANA, 2010, p. 103).

difusão, principalmente na região do Porto, tendo desenvolvido aí a maior parte da sua atividade de regência.

Entre 1919 e quase até ao fim da sua vida, em 1965, Vergílio Pereira teve a seu cargo a direção de vários grupos: Orfeão Infantil do Porto, grupo constituído pelos alunos da Escola Anexa à Escola Normal do Porto (1919 -1924); Orfeão Castro Araújo (Lordelo de Paredes), constituído por trabalhadores rurais (1924-1942); Orfeão Oliveira Martins, grupo de alunos da Escola Oliveira Martins do Porto (1934-1937); Coral Infantil do Porto constituído por alunos das Escolas oficiais da cidade do Porto (1935-1936); Coral Polifónico do Porto (com sede no Clube Fenianos) (1937-1947); Pequenas Cantoras do Postigo do Sol/Pequenas Cantoras de Portugal – grupo constituído por alunas do Recolhimento de Nossa Senhora e São José, reorganizado em 1956 com alunas da Associação de Proteção à Infância (1941-1953 e 1956-1958); Orfeão do Porto – coro misto, coro de câmara (1951-1958); Orfeão da Covilhã (1958-1965); Coro Etnográfico da Covilhã (1960-1965)⁸.

Enquanto regente, ganhou vários prémios e reconhecimento público. Em 1932, com o Orfeão Castro Araújo, grupo misto constituído por trabalhadores rurais de Lordelo de Paredes, recebe o 1º prémio no primeiro Concurso Orfeónico realizado em Portugal. Esta distinção vem reconhecer o trabalho desenvolvido com o orfeão, ao qual se dedicava desde 1924, aquando da sua colocação e da sua mulher, como professores primários naquela região. Para além dos ensaios e o ensino de aulas de canto, dedicava-se também à alfabetização dos seus elementos. Abriu igualmente caminho à entrada de mulheres no coro (PESTANA, 2008, p. 58-59).

O músico e etnomusicólogo desenvolveu todos os esforços para incluir no reportório coral que utilizava, o que designava como a verdadeira música portuguesa com raízes rurais, rejeitando aquilo que considerava ser o “... folclore abastardado”⁹ e pouco representativo do genuíno cancionero português.

⁸ Informação obtida a partir da consulta de: *Vergílio Pereira: curriculum vitae*. PT/DGPC-MNE/A/06/0001.

⁹ No texto manuscrito escrito por Vergílio, que se presume ser uma introdução a uma atuação do Coro Pequenas Cantoras de Portugal, este afirma: “É que o abastardado ‘folclore’ musical, que a quase totalidade dos nossos numerosíssimos Ranchos pseudo-folclóricos apresentam, ou melhor, a mentira criminosa que propagam (ludibriando o público), as danças revisteiras que exibem, as banalidades

Os primeiros levantamentos de música tradicional efetuados por Vergílio Pereira foram utilizados para a constituição do repertório de coro, e na escrita dos manuais de ensino coral (PESTANA, 2008, p. 51). No início, as transcrições musicais eram harmonizadas para se adequarem ao coro, prática que era comum na época.

Vergílio Pereira usou os espaços privilegiados de difusão da época, como a imprensa local e a rádio, para a qual atuou diversas vezes e deu entrevistas. As digressões também lhe trouxeram reconhecimento, tendo obtido críticas muito entusiastas com o grupo Coral Pequenas Cantoras do Postigo do Sol/Pequenas Cantoras de Portugal, que era constituído por alunas do Recolhimento de Nossa Senhora e São José. Vergílio Pereira ensinou as alunas a atuar nos mais diversos espaços e submeteu-as a uma rigorosa preparação. A exigência nos ensaios, com as aulas de canto, postura e colocação de voz fazia parte do programa imposto por Vergílio, necessário para colmatar a falta de conhecimentos musicais e preparação dos coristas e porque acreditava que, com a formação adequada, seriam capazes de executar qualquer repertório.

Com o grupo Pequenas Cantoras de Portugal deu inúmeros concertos, de Norte a Sul do país e em Espanha, onde andou em digressão. Integrou no seu repertório os cramóis que havia recolhido em Cinfães, em 1947. A escolha do repertório, a partir dessa data, incidiu nas músicas produzidas em contexto de trabalho e religioso, recolhidas da tradição oral, substituindo as transcrições estilizadas e as harmonizações até aí utilizadas¹⁰ (PESTANA, 2008, p. 292). Foi um dos grupos patrocinados pela Junta de Província do Douro Litoral, que iria financiar os levantamentos de música tradicional efetuados por Vergílio.

musicais que cantam (produto da imaginação pobre de certos compositores apagados) e o indesejável instrumental que os acompanha (produto também da fantasia e incompetência dos seus improvisados orientadores) - esse folclore abastardado, essa mentira criminosa, estão a uma distância incomensurável destas preciosidades do nosso rico, verdadeiro, e tão ignorado folclore musical". PT/DGPC-MNE/F/01/0007

¹⁰ Numa palestra realizada em 1965 no Clube Gondomarense, intitulada *A preparação musical e o seus programas*, Vergílio recorda a atuação do coro e reforça a ideia do rigor na recolha da música tradicional e que é reproduzida sem alterações: "Os coros populares arcaicos que VV. Exas. vão ouvir seguidamente, e estão arquivados nos Cancioneiros de Arouca e Santo Tirso, (este ainda em organização), são cantados exatamente como os encontrei na tradição popular. Não há neles trabalho algum de composição."(Sublinhado no original). PT/DGPC-MNE/VP/F/001/0009

Apesar do sucesso alcançado pelo grupo e a aclamação da crítica, Vergílio não recebeu os apoios necessários para continuar a suportar os encargos decorridos das atuações e deslocações, numa altura (anos 50) em que o público já não acorria a assistir aos espetáculos. As pressões vieram da própria instituição, dada a projeção e o estatuto adquirido entretanto pelas alunas, apoiadas por Vergílio, que permitia o acesso a outras disciplinas, como francês e estenografia, algo que extrapolava as funções para as quais eram preparadas pela instituição. Em 1950, a nova direção decide afastar as alunas com mais de 18 anos, considerando “desequilibrada” a atuação do coro (PESTANA, 2008, p. 260). Estes contratempos e a impossibilidade de ir a concurso com o grupo, apesar de ter recebido convite para participar num concurso internacional de canto coral, provocaram uma onda de solidariedade e posterior angariação de fundos, com eco na imprensa do norte, mas a participação não foi em frente. A falta financiamento e de condições, leva-o em 1953 a abandonar as suas funções e o coro suspende a atividade¹¹.

Em 1956, reorganiza o Coro com alunas da Associação de Proteção à Infância, com a qual ainda realizou concertos, mas a ausência de apoio institucional e, novamente, a impossibilidade de participar no concurso internacional, faz com que cesse as suas funções.

3.1.2 Os levantamentos de música tradicional

Em 1947, Vergílio Pereira inicia o levantamento da música tradicional no concelho de Cinfães, subsidiado pela Junta da Província do Douro Litoral que dava cumprimento à missão da Comissão de Etnografia e História do Douro Litoral de proceder à recolha e ao estudo da música popular na província por si tutelada, no domínio do cumprimento do seu plano artístico e científico.

Fundada em 1937 e presidida por Augusto César Pires de Lima, a Comissão iria integrar como elementos Vergílio Pereira, o engenheiro Rebelo Bonito e o antropólogo Jorge Dias para fazer o levantamento extensivo no território. A preferência pelo estudo dos cantos polifónicos, no contexto de trabalho e religioso, foi apoiada pela Comissão

¹¹ Para maior conhecimento sobre a atuação do grupo coral Cfr. PESTANA, 2008, p. 250-289.

pelo facto de se acreditar que estas formas arcaicas, com origem erudita, subsistiam e era necessário preservá-las (PESTANA, 2011, p. 74).

Vergílio Pereira, em colaboração com Rebelo Bonito, a quem coube o trabalho de investigação laboratorial, teve a seu cargo o levantamento extensivo no terreno (PESTANA, 2011, p. 74), identificando os informantes, os géneros e as respetivas práticas musicais associadas. Em resultado deste trabalho, foram posteriormente publicados 301 exemplos musicais no “Cancioneiro de Cinfães” editado pela Junta de Província do Douro Litoral, em 1950.

Em 1948, Vergílio faz o levantamento em Resende, em 1953-1955 no concelho de Arouca, (já com um gravador adquirido pela Comissão) e em 1958, no concelho de Santo Tirso, tendo resultado desse trabalho no terreno a publicação dos “Cancioneiro de Resende” (1957) com 123 transcrições musicais, e o “Cancioneiro de Arouca” (1959) com 526, ambos editados pela JPDL (PESTANA, 2011, p. 74). O cancioneiro de Santo Tirso nunca chegou a ser editado.

Em 1957, publicou na revista Douro Litoral “Corais Geresianos: subsídios para o cancioneiro raiano” recolhidos entre 1952 e 1956 na Serra do Gerês (PEREIRA, 1957, p. 185), e em 1959 “Corais Mirandeses: novos subsídios para o cancioneiro raiano” que foram por si coligidos em 1957 em Terras de Miranda (....sem qualquer auxílio de ordem material...) (PEREIRA, 1959b, p. 6).

Entre 1961 e 1963, Vergílio Pereira, agora contratado como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian para dar cumprimento ao projeto de construção de um Atlas da Música Popular Portuguesa, vai continuar o trabalho de levantamento etnográfico, efetuando as transcrições musicais e gravação das músicas nos concelhos de Santo Tirso (ao qual regressa para continuar o trabalho iniciado em 1958), Felgueiras, Guarda, Baião e na região da Beira Baixa. Estes registos sonoros nunca foram divulgados, permanecendo até agora por publicar. No total, perfazem 1811 registos que se encontram atualmente no Museu Nacional de Etnologia.

Vergílio Pereira não foi o único músico a fazer o levantamento sistemático no terreno (Armando Leça já o havia feito) mas foi a sua metodologia inovadora e a atitude colaborativa com os informantes locais, os quais gratificava pelo seu trabalho

(SARDO, 2009, p. 447) e a documentação sistemática de todo o processo¹² através das gravações, lista de gravações efetuadas, locais, nome dos informantes, géneros musicais, fotografias dos intervenientes, notas manuscritas e outros apontamentos, que o fez destacar-se dos demais. Outro aspeto prende-se também com o universo feminino, maioritariamente representado nas gravações e a escolha dos exemplos musicais (polifónicos) e géneros representados, o de trabalho e o religioso, que se afastavam da imagem veiculada pelos ranchos folclóricos (PESTANA, 2008, p. 175-179).

Vergílio não iria conseguir cumprir o projeto de construção do atlas, morrendo em 1965, no dia 24 de Setembro de 1965, deixando 1727 faixas gravadas, que nunca foram publicadas e que permanecem inéditas até hoje.

3.2 História custodial e arquivística

Em 1980, a família de Vergílio Pereira manifestou a intenção de doar o legado pessoal de Vergílio Pereira, constituído pela documentação produzida no decurso da sua vida profissional, como músico e etnomusicólogo, tendo inicialmente escolhido como instituição destinatária o Museu de Etnografia e História do Douro Litoral. No entanto, o Departamento de Musicologia da Direção Geral do Património Cultural iniciou contactos no sentido de receber o arquivo, já que fazia parte dos seus objetivos reunir e fazer o levantamento do património musical existente, tendo inclusive, reunido outros acervos musicais de igual importância, como, por exemplo, o de Alfredo Keil. Os herdeiros aceitaram fazer a doação na condição deste património ser salvaguardado e preservado.

Em 1981, foi autorizada formalmente a doação de toda a documentação pessoal de Vergílio Pereira ao Instituto Português do Património Cultural.

Em 1992, o Decreto-Lei n.º 106-A/92, de 1 de junho extingue o IPPC e o arquivo de Vergílio Pereira é transferido para o Museu Nacional de Etnologia. Não existe nenhum auto de entrega que testemunhe esta transferência, apenas um registo manuscrito com a indicação de nº de bobines entregues. A restante documentação

¹² Os primeiros estudos realizados sobre música popular em Portugal não incluíam na sua metodologia o trabalho no terreno (SARDO, 2009, p. 419- 420).

não é referida embora tenham sido entregues 14 caixas de arquivo, conforme consta num ofício enviado em 1997 pelo Museu Nacional de Etnologia, em resposta a um pedido de informação da tutela relativo a documentação vinda do Ex-Núcleo de Musicologia do IPPC.

Destas 14 caixas ficaram 11, já que foram retiradas as bobines para reacondicionamento no arquivo frio do museu. As bobines foram inventariadas, no âmbito de um estágio realizado no Museu e em 2005 a investigadora Rosário Pestana, no âmbito da sua investigação para o doutoramento, produziu um instrumento de descrição relativo à documentação textual e sonora e as bobines foram digitalizadas.

O arquivo pessoal de Vergílio Pereira é constituído por documentos produzidos no desempenho das várias atividades associadas à música e à etnomusicologia. Esta documentação compreende diversas tipologias e está acondicionada em 11 caixas sendo constituída por 46 bobines de fita magnética, 3 filmes em película, documentação textual (onde se incluem a correspondência, textos manuscritos e datilografados, 24 cadernos de campo, partituras, provas tipográficas) e iconográfica (mapas, fotografias).

3.3 O Museu Nacional de Etnologia

Vergílio Pereira e o primeiro diretor do Museu Nacional de Etnologia, o antropólogo Jorge Dias, cruzaram-se quando trabalharam para a Junta de Província do Douro Litoral.¹³

O Museu de Etnologia do Ultramar, mais tarde designado como Museu Nacional de Etnologia, foi formalmente criado em 1965 pelo Decreto-Lei nº 46254, de 19 de Março de 1965, mas a sua conceção, assim como a constituição das coleções, já tinham sido iniciadas uns anos antes.

Jorge Dias, que viria a ser o diretor do Museu de Etnologia do Ultramar, liderou campanhas em Moçambique, no âmbito da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do

¹³ PESTANA (2008) sugere a influência de Jorge Dias na metodologia utilizada por Vergílio Pereira aquando do levantamento exaustivo no terreno da música de matriz rural.

Ultramar Português, nos anos de 1957-1959. Destas campanhas e investigação no terreno foram reunidos um conjunto de objetos representativos da cultura¹⁴ Maconde, que foram expostos no subsolo do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e que viria a constituir o núcleo inicial do futuro Museu¹⁵. Em 1960, foi inaugurado um museu escolar neste instituto, já com mais material proveniente das missões.

Em 1962, a Portaria 19480, de 5 de Novembro de 1962, criava na Junta de Investigações do Ultramar a Missão Organizadora do Museu do Ultramar com o objetivo de “recolher, estudar e catalogar todo o material e documentação” que viesse a ser incorporado no futuro Museu. Esta missão iria ser realizada em conjunto com o Centro de Estudos de Antropologia Cultural¹⁶, e ficava sobre a orientação do Diretor do Centro, na altura Jorge Dias. O espaço do Instituto que albergava o material das missões tornou-se insuficiente para receber as recolhas resultantes das missões pelo que, em 1963, este é transferido para algumas dependências do Museu Agrícola do Ultramar, em Belém. Em 1963, o museu é transferido para um prédio na Rua Rodrigo da Fonseca, onde permanecerá durante dois anos.

Em 1965 o museu é criado, e o seu diretor, o antropólogo Jorge Dias, reúne uma equipa constituída por elementos de sua confiança, como Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano, e Margot Dias vindos do Centro de Estudos de Etnologia¹⁷, com os quais já havia realizado um trabalho sistemático de estudo da cultura material, de norte a sul de Portugal, desde os finais dos anos 40. Estes objetos irão integrar as coleções do museu.

A visão de um museu de carácter universalista, aberto a todas as culturas e o sistemático e rigoroso estudo das coleções são defendidas por Jorge Dias e os seus colaboradores.

¹⁴ Esta colecção foi exposta no Secretariado Nacional de Informação, com o título “Vida e Arte do Povo Maconde”.

¹⁵ Vide OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – O museu de Etnologia do Ultramar. Sep. de: Geográfica, Nº 29 (1972), p. 2-23.

¹⁶ Criado pela Portaria 19137, de 21 de Abril de 1962. Diário do Governo n.º 90/1962, Série I.

¹⁷ Vide PEREIRA, Benjamim – Ernesto Veiga de Oliveira e o Museu de Etnologia do Ultramar. In Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

No final do ano de 1965, o museu transita para um sector do Palácio Vale Flor. Em 1972, dá-se início à construção do edifício, da autoria do arquiteto António Saragga Seabra. Só em 1975 é que o Museu passa das suas antigas instalações para o novo espaço, já após a morte do seu fundador, Jorge Dias. Desde a sua origem até ao presente, o Museu Nacional de Etnologia, atualmente na dependência da Direção - Geral do Património Cultural, foi enriquecendo as suas coleções, desde a coleção Maconde, a coleção dos índios da Amazônia, até às alfaías agrícolas, estudadas e publicadas pela equipa do museu, passando por Angola, Indonésia e Timor, até às mais recentes, providas de doações, como a coleção do Mali ou de olaria portuguesa.¹⁸

O Museu Nacional de Etnologia possui igualmente um valioso património audiovisual, fotográfico e sonoro. Neste último, encontram-se, para além do arquivo de Vergílio Pereira, as gravações sonoras de Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira, resultantes de trabalhos de campo no domínio do estudo dos instrumentos musicais populares portugueses, assim como as recolhas de Michel Giacometti, estas últimas disponíveis para consulta na Biblioteca.

3.4 A organização e a descrição da documentação do Arquivo de Vergílio Pereira

3.4.1 A organização

Segundo a NP 4041, a organização é o «conjunto de operações de classificação e ordenação de um acervo documental ou parte dele. É aplicável a qualquer unidade arquivística mas a organização dos arquivos intermédios e definitivos tem de atender aos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original” (2005, p.16). De acordo com as ODA, a organização é “ o conjunto de operações intelectuais e físicas que consistem na análise, estruturação, classificação e ordenação dos documentos de arquivo, e seu resultado” (2007, p. 304). A classificação é uma componente deste processo que permite identificar o contexto de produção dos documentos, as

¹⁸ Cfr: <https://mnetnologia.wordpress.com/about/>

atividades do produtor e estabelecer a sua posição numa determinada hierarquia. Esta é complementada pela descrição, que terá de refletir organização da documentação.

A organização intelectual da informação foi precedida pela recolha dos elementos que permitiram contextualizar os documentos. As leituras efetuadas, nomeadamente aquelas que se debruçavam sobre o trabalho desenvolvido pelo músico e etnomusicólogo, foram essenciais para a compreensão do arquivo como um todo. Sem estas leituras prévias, a contextualização seria muito difícil. Os documentos têm características próprias e os vínculos que os ligam nem sempre são perceptíveis, daí a necessidade de se conhecer o percurso do produtor e de elaborar uma história biográfica.

Um dos princípios que a organização dos documentos deverá cumprir é o princípio do respeito pela ordem original, mas este é de difícil concretização. No desconhecimento da ordem natural com que foram produzidos ou acumulados, cabe ao arquivista reconstituir e devolver os documentos ao contexto de produção original o que pressupõe a sua análise, identificação das relações e os usos dados aos mesmos. No caso do arquivo de Vergílio Pereira, existem alguns fatores que podem ter interferido com a organização dada originalmente pelo seu produtor.

Podemos identificar dois momentos: o primeiro ocorre com a pré-seleção da documentação aquando da doação e o segundo aquando da entrada no IPPC.

Na tese de doutoramento de Rosário Pestana (2008) podemos constatar que houve informação obtida pela investigadora através da consulta de álbuns de fotografia e outros documentos, na posse da família. Os afetos e a ligação emocional a um determinado conjunto de documentos impele os familiares e herdeiros a mantê-los consigo (DUCROT, p. 156). No momento em que se procede à doação, existe já uma seleção dos documentos pela família ou, noutros casos, pela entidade que irá recebê-la, o que provoca alterações não só na organização inicial e respetiva ordem dada pelo produtor, como põe em causa a organicidade do arquivo. Na existência de uma avaliação da documentação feita pela instituição no momento da sua incorporação, esta poderá originar a inclusão ou exclusão de documentos em detrimento de outros.

No caso do arquivo de Vergílio Pereira, desconhecemos se houve uma avaliação da documentação por parte da entidade que recebeu a documentação.

No processo de aquisição do acervo de Vergílio Pereira existem dois documentos que nos dão uma ideia quanto à organização da documentação original: o primeiro, enviado pela família, que consiste numa lista com a descrição dos sete pacotes enviados e o conteúdo dos mesmos. São listados 4 pacotes com os documentos relativos às recolhas, identificados pela zona onde foi realizado o levantamento e que são identificados como contendo os cadernos, fotografias, mapas, correspondência, documentos de despesa, bobines. Os restantes contêm os manuais de ensino coral, as composições (partituras), gravações dos coros, os programas de concertos, os documentos relativos às conferências, correspondência e os restantes documentos, designados como “Diversos”.

O segundo documento constitui uma relação do acervo enviada pelo vice-presidente do IPPC em 1981, Justino Mendes de Almeida, para apreciação à tutela. A documentação está listada, em traços gerais¹⁹, da seguinte forma:

1. Prospeção etnomusicológica
2. Concursos e colóquios
3. Obra Literária e Musical
4. Atividades corais
5. Diversos

Nesta relação, dentro de cada grupo, foram colocados os documentos que com ele se relacionam, tematicamente, independentemente do suporte e tipologia (correspondência, faturas, fotografias, programas, cadernos).

Na posse destas informações, num primeiro momento do nosso trabalho, foi realizada uma análise da documentação, com o objetivo de entender a organização dos documentos e responder às seguintes questões: como estão organizados? Esta

¹⁹ Por ser muito extensa a lista, foram colocados os itens gerais, não estando incluídos os sub-itens relacionados.

ordem facilita o acesso aos documentos? Esta reflete o uso dado aos documentos pelo produtor?

Após observação da documentação, podemos identificar a organização atribuída, segundo a sua distribuição nas respetivas caixas.

A numeração das caixas foi atribuída pela Dra. Rosário Pestana, aquando da catalogação realizada. O nº aposto nos documentos (ex. VP CAI V 1) remete para a caixa onde se insere o documento, daí termos seguido essa lógica. A designação das caixas foi atribuída a partir da informação que constava nas lombadas, a qual foi dada, provavelmente, no IPPC. O quadro seguinte, elaborado a partir da descrição ao nível da unidade de instalação, constituiu o ponto de partida para a descrição realizada posteriormente.

Nº DE CAIXA	DESIGNAÇÃO CAIXA	DATA(S) extremas	ÂMBITO E CONTEÚDO
CAI I	Música manuscrita e impressa	1918-1940	Contém uma versão manuscrita e provas tipográficas do livro Coral Infantil, partituras manuscritas e música impressa, da autoria de Vergílio Pereira
CAI II	Programas e Convites I (Historial das pequenas Cantoras de Portugal) ; Lista de sociedades corais portuguesas	1946-1959	Contém documentação relacionada com a atividade profissional de Vergílio Pereira, enquanto regente e diretor de coros. Inclui programas de concertos, folhetos e convites que dizem respeito às atuações dos grupos corais Pequenas Cantoras de Portugal, Orfeão da Covilhã e Orfeão do Porto. Inclui igualmente doc. sobre as sociedades corais, e lista dos elementos constituintes do Orfeão Infantil do Porto
CAI III	Programas	1926-1965	Contém documentação relacionada com a atividade de Vergílio Pereira enquanto regente e diretor de coros. Inclui folhetos e programas dos concertos realizados pelos grupos corais Pequenas Cantoras de Portugal, Orfeão da Covilhã e Orfeão Castro Araújo, registos de concertos e audições e três filmes com concertos realizados pelas pequenas Cantoras de Portugal e Orfeão do Porto, ainda por identificar.

Nº DE CAIXA	DESIGNAÇÃO CAIXA	DATA(S) extremas	ÂMBITO E CONTEÚDO
CAI IV	Santo Tirso	1957-1961	Contém os cadernos de campo com as transcrições musicais e apontamentos manuscritos com os dados referentes às recolhas sonoras efetuadas na região de Santo Tirso, com o apoio da Comissão de Etnografia e História do Douro Litoral (1958) e da Fundação Calouste Gulbenkian; circulares a autorizarem a sua permanência com a indicação dos procedimentos a tomar por parte das juntas de freguesia e lista das gravações efetuadas e as respectivas localidades. Inclui fotografias dos informantes da zona de Sendim, Ifanes (Miranda do Douro) e Monte Córdova (Santo Tirso).
CAI V	Relação de despesas várias	1938-1956	Contém a relação das despesas efetuadas no decurso da vida profissional de Vergílio Pereira: recibos, notas de pagamentos, comprovativos de despesas efetuadas. Estes documentos dizem respeito à atividade de Vergílio Pereira enquanto compositor e regente e também etnomusicólogo. Inclui documentação sobre as despesas realizadas durante as recolhas na Beira Baixa a pedido da Fundação C. Gulbenkian
CAI VI	Corais Mirandeses (transcrição Musical e texto) Cancioneiro de Resende (provas tipográficas)	1950-1957	Inclui provas tipográficas do cancioneiro de Resende e do cancioneiro raiano (este último a partir de recolhas efetuadas nas freguesias de Senfim, Ifanes e Padelas em 1957), transcrições de cramóis de Cinfães e folhas com apontamentos manuscritos que contêm versos e outros pequenos textos.
CAI VII	Correspondência; recortes de imprensa ; curriculum vitae	1950-1957	Contém correspondência pessoal e institucional, emitida e recebida por Vergílio Pereira, relacionada com a sua atividade profissional enquanto maestro e etnomusicólogo. Reune igualmente cartões de felicitações, postais e telegramas por concertos realizados e prémios recebidos. Inclui recortes de imprensa cujo conteúdo versa a música clássica e tradicional, críticas ao grupos corais e ainda o currículo vitae de Vergílio Pereira assinado pelo mesmo.

Nº DE CAIXA	DESIGNAÇÃO CAIXA	DATA(S) extremas	ÂMBITO E CONTEÚDO
CAI VIII	Felgueiras e Baião	1950-1957	Contém os cadernos de campo com os dados referentes às recolhas sonoras efectuadas na região de Felgueiras e Baião e que contêm as transcrições das letras e músicas. Inclui fotografias dos informantes. Esta recolha foi subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian.
CAI IX	Guarda	1963	Contém os cadernos de campo com as transcrições musicais e apontamentos manuscritos com os dados referentes às recolhas sonoras efetuadas na região da Guarda, Beira Alta, subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian; circulares e credenciais a autorizarem a sua permanência; lista das gravações efetuadas e as respectivas localidades, listas com os nomes das freguesias e respetivos presidentes da Junta de freguesia, mapas (manuscritos e impressos) das localidades. Inclui fotografias dos informantes. Reune igualmente documentos comprovativos das despesas feitas.
CAI X	Beira Baixa	1961-1962	Contém os cadernos de campo com as transcrições musicais e apontamentos manuscritos com os dados referentes às recolhas sonoras realizadas na região da Beira Baixa, subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian; circulares e credenciais a autorizarem a sua permanência; lista das gravações efetuadas e as respetivas localidades, listas com os nomes das freguesias e respetivos presidentes da junta de freguesia, mapas (manuscritos e impressos) das localidades. Inclui fotografias dos informantes. Reune igualmente um conjunto de documentos comprovativos das despesas com as viagens efetuadas, gratificações aos intérpretes, equipamento de gravação, revelação de fotografias, blocos de papel, etc.
CAI XI	Vergílio Pereira Conferências. Artigos Vários.	1939-1965	Reune um conjunto de textos manuscritos e datilografados, palestras, textos de terceiros corrigidos por Vergílio Pereira, e textos sobre os grupos corais. Contém os livros Canto Coral e o Compêndio de Solfejo graduado, textos manuscritos pelo autor (palestras, comunicações, etc).

Tabela1 : Quadro sinóptico do conteúdo das unidades de instalação

Os documentos de despesa e a correspondência não se encontram alocados ao seu contexto de produção, mas sim separados dos restantes documentos. Podemos encontrar documentos de gastos efetuados com concertos, faturas e orçamentos misturados com despesas resultantes da investigação no terreno. Mas existem incoerências nesta organização: nas caixas que continham os documentos relativos ao levantamento na Beira Baixa e Guarda (caixas nº9 e 10, respetivamente) existem despesas registadas por Vergílio Pereira que não foram separadas mas mantidas juntamente com os cadernos de campo, fotografias e demais material. Existem outros documentos que atestam os gastos efetuados na Região da Beira Baixa, mas que se encontram reunidos numa caixa à parte, misturados com outros comprovativos de despesa (recibos, notas de despesa, faturas) realizados noutros contextos. Verifica-se a mesma situação em relação à correspondência trocada com os informantes locais, que tanto se encontra junto dos documentos provenientes das recolhas como reunida com a restante, de carácter geral.

A organização atribuída presumivelmente pelo IPPC, na altura da sua incorporação, não corresponde à relação enviada em 1981. Difere, essencialmente, na separação da correspondência e dos documentos de despesa, que na relação enviada pelo IPPC, estavam alocados a cada grupo.

No sentido de compreender a relação entre estes documentos e tomar uma decisão quanto ao quadro de classificação a atribuir foi feita a identificação das atividades desenvolvidas por Vergílio Pereira e análise dos documentos que se relacionavam com o exercício das mesmas da qual resultou o seguinte quadro:

FUNÇÕES/ÁREA FUNCIONAL	ATIVIDADES	DOCUMENTOS PRODUZIDOS/ACUMULADOS	OBSERVAÇÕES
Regência/ Direção coral	- Direção/Interpretação - Selecção, ensaio, realização de concertos, divulgação	- Programas; - Convites; - Registos de ensaios, concertos e audições; - Correspondência; - Documentos de despesas relativos à atividade de regente; - Recortes de imprensa	Obtém o repertório a partir das recolhas no terreno. A atividade de composição está intimamente

FUNÇÕES/ÁREA FUNCIONAL	ATIVIDADES	DOCUMENTOS PRODUZIDOS/ACUMULADOS	OBSERVAÇÕES
		(críticas sobre os orfeãos); Curriculo vitae.	ligada à atividade coral
Composição	- Composição/Utilização no repertório coral	- Partituras; - Provas tipográficas de livros corais; - Correspondência.	
Ensino do Canto coral/Regência	- Escrita de livros pedagógicos e didáticos	Provas tipográficas dos livros Livros	
Levantamento Etnográfico	- Levantamento e mapeamento das regiões; - Estabelecimento de contatos com as autoridades locais; - Seleção de informantes e de músicas; - Registo (fotografia, gravação e transcrição); - Publicação	- Mapas; - Correspondência - Circulares; - Cadernos de campo - Documentos de despesa; - Lista de gravações; - Bobines; - Fotografias; - Cancioneiro.	
Colaboração na imprensa/ Revistas	- Escrita de artigos sobre música; - Revisão de artigos de terceiros - Mantém artigos de terceiros	- Cadernos manuscritos do Velho Porto Musical; - Textos produzidos por terceiros; - Correspondência; - Recortes de imprensa	
Participação em palestras, conferências	- Realização de palestras sobre a atuação dos coros; - Conferências - Divulgação dos coros e das recolhas	- Textos manuscritos e datilografados - Palestras sobre as Pequenas Cantoras - Comunicações	Também está relacionado com a Regência
Associativismo	- Ligação a Associações, Sociedades	- Correspondência; - Texto datilografado	
Relacionamentos e contactos com terceiros	Correspondência pessoal, assuntos diversos	- Cartas; - Convites; - Telegramas	

Tabela 2: Funções, atividades e documentos produzidos ou acumulados

Podemos identificar, após uma primeira análise, que a documentação foi produzida no exercício das atividades profissionais, sendo menos visível a documentação de carácter mais pessoal. Não existem fotografias pessoais em contexto familiar, nem outro tipo de registo mais intimista. A sua relação com terceiros e os contactos pessoais estão presentes na correspondência, embora os assuntos tratados versem sempre o seu interesse principal: a música, a direção dos coros e as recolhas no terreno.

Verificamos que, no arquivo pessoal de Vergílio Pereira, os documentos produzidos no decurso da sua vida estão veiculados às diversas áreas profissionais, todas ligadas ao seu percurso musical. Associados à regência, existem folhetos e programas dos concertos realizados pelos grupos corais Pequenas Cantoras de Portugal, Orfeão da Covilhã e Orfeão Castro Araújo, registos de concertos e audições, filmes com concertos das pequenas Cantoras de Portugal e Orfeão do Porto, correspondência trocada no âmbito destas funções e documentos de despesa. Ainda no âmbito da sua atividade coral e de composição, estão presentes a música manuscrita e impressa, como as partituras autógrafas e as provas tipográficas de manuais de ensino coral.

A documentação produzida enquanto etnomusicólogo consiste em documentos de campo resultantes do levantamento etnográfico realizado em Santo Tirso, Resende, Arouca, Felgueiras e Baião, Guarda, e na região da Beira Baixa. Do trabalho de recolha existem 46 bobines que contêm os registos sonoros de músicas tradicionais das regiões da Guarda, Santo Tirso, Felgueiras e Baião e Beira Baixa, os cadernos de campo, correspondência, documentos de despesa, fotografias dos informantes e mediadores locais, mapas, circulares emitidas pelas juntas de freguesia, e ainda, as provas tipográficas dos cancionários. As gravações sonoras efetuadas em 1958, em Santo Tirso, foram subsidiadas pela Junta de Província do Douro Litoral. As restantes gravações, onde se inclui também Santo Tirso, no período compreendido entre 1961 e 1963, foram já realizadas ao serviço da Fundação Calouste Gulbenkian. Os documentos de despesa atestam os diferentes financiamentos.

Vergílio Pereira também esteve ligado a diversas revistas para as quais escreveu estudos sobre música e essa faceta também está presente. Destacam-se os cadernos

de apontamentos que utilizou para escrever os artigos sobre as temporadas musicais no Teatro São João do Porto que foram publicados na revista “O Tripeiro” com o título “O Velho Porto Musical”. Existem também textos manuscritos e datilografados que utilizou nas palestras e conferências em que participou, na qualidade de diretor de coros e etnomusicólogo, assim como textos de terceiros e recortes de imprensa, que guardou e que são de músicos com os quais trocou correspondência.

3.4.1.1 A classificação e ordenação

Os exemplos de construção de quadros de classificação para arquivos pessoais diferem, de autor para autor.

É comum o uso da divisão entre a atividade profissional e pessoal nos quadros que utilizam uma base funcional. Esta divisão é criticada por Armando Malheiro da Silva: “A primeira razão leva-nos a marcar bem a diferença face à tradicional divisão em atividade pessoal e atividade pública, demasiado simplista, redutora e incapaz de traduzir a complexidade da existência humana reflectida na informação a cada dia feita, a cada dia coligida” (2004, p.79). Segundo o autor, os documentos nos arquivos pessoais devem ser integrados nas diversas fases da vida do produtor que vão desde a infância à velhice, ligando-os à função correspondente (2004, p. 81-82).

No caso dos arquivos produzidos por músicos, podemos encontrar organizações temáticas,²⁰ ou temático-tipológicas. A estrutura da classificação é simplificada e geralmente é constituída por series generalistas: Correspondência, Música impressa, etc.

A construção do quadro de classificação teve por base a perspectiva funcional. No caso concreto do arquivo pessoal de Vergílio Pereira, os documentos são gerados no exercício das diversas funções desempenhadas, existindo muito poucos os que pertencem à esfera íntima ou familiar. Mas nem todos os documentos são facilmente relacionáveis com a função exercida e as fronteiras entre uma função ou outra são

²⁰ Arquivo Luigi Silva disponível em:

<https://libapps.uncg.edu/archon/?p=collections/controlcard&id=505>

ténues e às vezes difíceis de identificar. Por exemplo, o ato de compor é uma função autónoma ou deriva de outra, a da direção coral? Sabendo que a composição estava ligada intimamente à atividade coral, visto que as suas composições eram usadas como repertório nos coros, poderá existir quem se questione se não será uma subfunção.

E o que dizer em relação aos recortes de imprensa? Onde integramos estes documentos? Luciana Heymann (2009, p.45-46) refere esta dificuldade em associar um determinado documento ou conjunto de documentos a uma determinada função. Nos arquivos cujos titulares exerceram funções públicas, essa tarefa estará facilitada pois é mais fácil estabelecer a ligação dos documentos às atividades que os geraram.

A autora aponta as limitações de uma abordagem funcional, sugerindo outra com incidência no estudo do contexto de acumulação e nos usos dados pelo produtor aos seus documentos. Teríamos de analisar o contexto de acumulação do Vergílio Pereira e o porquê de ter guardado esse documento. No caso dos recortes de imprensa, estes podem ser agregados à direção de coros pois dizem respeito à atuação de grupos corais dirigidos por Vergílio mas também podem ser incluídos na seção correspondente à colaboração em revistas e jornais.²¹

No caso da correspondência emitida e recebida por Vergílio Pereira, coloca-se igualmente o mesmo problema: onde colocar a correspondência? Se a ligação desta ao seu contexto de produção é facilmente identificável na maior parte dos casos, como a que se relaciona com a sua atividade como maestro ou com os contactos efetuados como etnomusicólogo, onde colocar a correspondência trocada com outros músicos e em que se tanto fala das recolhas, como de um artigo publicado sobre um grupo coral? Nos exemplos observados para quadros de classificação de arquivos pessoais a solução encontrada parece oscilar entre a divisão atividade profissional e atividade pessoal, agregando a correspondência gerada no âmbito de cada função desempenhada à atividade profissional e a restante, mais pessoal, aos documentos pessoais, ou no caso de organizações temáticas, a inclusão da correspondência como uma série à parte.

²¹ Os textos datilografados e revistos, presumivelmente por Vergílio, foram publicados em jornais. É o caso de um recorte, com um artigo sobre Ranchos Folclóricos, para o qual existe o texto datilografado e corrigido.

Em relação à documentação produzida e acumulada por Vergílio Pereira, e observando a organização atribuída, decidimos manter a correspondência agregada, mas com uma exceção, aplicável à correspondência que se relaciona com as circulares e contactos institucionais efectuados no âmbito do levantamento etnográfico. O mesmo critério foi utilizado quanto aos documentos de despesa, que se mantêm junto da atividade que lhe deram origem. A relação enviada pelos herdeiros com a discriminação dos conteúdos dos pacotes, aquando da doação ao IPPC, reúne tanto os documentos de despesa como a correspondência com a documentação proveniente do levantamento etnográfico, daí não fazer sentido alterar fisicamente esta organização até porque consideramos ser a que mais se aproxima da original.

Vergílio Pereira documentava com rigor o seu trabalho no terreno visto que estava a ser subsidiado por entidades às quais tinha de prestar contas. Julgamos que, atribuído a este facto, tanto os comprovativos de despesa como os contactos efetuados constituíam prova de estar a realizar o trabalho de acordo com indicações a nível superior e, por isso, mantiveram-se junto dos demais documentos resultantes do trabalho etnomusicológico.

3.4.1.2 A construção do Quadro de Classificação

Para a construção do quadro de classificação teve-se em atenção que este deveria refletir as atividades desempenhada por Vergílio Pereira, no domínio da música e etnomusicologia, e os respetivos conjuntos documentais produzidos e reunidos no exercício das mesmas. Desta forma, a Seção identifica a Função e a Série reúne os documentos referentes às atividades do produtor.

Os títulos atribuídos às series identificam o conjunto documental que foi reunido no exercício da função e, sempre que possível, inclui referências às tipologias existentes e às atividades ou a ação a que lhes dizem respeito.

Assim, foi estabelecido o seguinte quadro de classificação:

SC A DIREÇÃO CORAL

SR 01 PROGRAMAS E CONVITES DE CONCERTOS DE GRUPOS CORAIS

SR 02 REGISTO DE ENSAIOS, CONCERTOS E AUDIÇÕES

SR 03 DOCUMENTOS DE DESPESA

SR 04 PROCESSOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO EM CONCURSOS DE CANTO CORAL

SR 05 IMPRENSA

SR 06 CURRÍCULOS VITAE

SC B COMPOSIÇÃO

SR 01 PARTITURAS MANUSCRITAS

SR 02 PROCESSOS RELATIVOS À PRODUÇÃO DE LIVROS SOBRE CANTO CORAL

SC C ENSINO CANTO CORAL

SR 01 PROCESSOS RELATIVOS À PRODUÇÃO DE MANUAIS DE ENSINO CORAL

SC D LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO

SR 01 PROCESSOS DE LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO

SC E COLABORAÇÃO NA IMPRENSA E REVISTAS

SR 01 APONTAMENTOS SOBRE O VELHO PORTO MUSICAL

SR 02 ESCRITOS

SR 03 ESCRITOS DE TERCEIROS

SC F INTERVENÇÃO EM CONFERÊNCIAS, PALESTRAS E COMUNICAÇÕES

SR 01 PALESTRAS SOBRE GRUPOS CORAIS

SR 02 CONFERÊNCIAS E COMUNICAÇÕES

SC G ASSOCIATIVISMO

SR 01 ESTATUTOS

SC H CONTACTOS E RELAÇÕES SOCIAIS

SR 01 CORRESPONDÊNCIA GERAL

A ordenação dos documentos é uma operação que integra a organização e que, de acordo com as ODA, consiste numa “sequência cronológica, numérica, alfabética, temática, hierárquica, etc., atribuída a dados, informação, documentos de arquivo ou outras unidades arquivísticas ou de instalação, para efeitos de arquivagem, de registo ou de descrição” (2007, p. 303). A ordenação da documentação tem como finalidade a recuperação da informação de uma forma mais agilizada. O critério estabelecido para a ordenação das séries foi cronológico e numérico. Por exemplo, os processos pertencentes à Secção Levantamento Etnográfico seguiram a ordem cronológica do levantamento no terreno.

3.4.2 A Descrição

O processo descritivo foi precedido pela pesquisa e estudo da informação produzida sobre Vergílio Pereira, como já referido ao longo deste trabalho, e pela identificação e análise dos documentos que constituem o arquivo. Da pesquisa, estudo e análise resultou a história biográfica, a organização e a construção do quadro de classificação. Este processo é moroso, nem sempre claro e implica o conhecimento, análise, a organização e estruturação da informação de maneira a formar um todo coerente, pesquisável e acessível aos utilizadores, através da criação de guias, inventários ou catálogos.

Recordando as regras para uma descrição consistente e coerente, recorreremos às enunciadas na ISAD(G) (2002, p. 16):

A descrição arquivística segue as regras da descrição multinível:

- Descrição feita do geral para o particular, com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e das partes que o compõem;
- Informação relevante para o nível de descrição, com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição;
- Ligação entre descrições, com o objetivo de tornar explícita a posição da unidade de descrição na hierarquia;
- Não repetição da informação, com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições arquivísticas hierarquicamente relacionadas.

O grau de exaustividade na descrição e o nível a ser descrito é definido pela política de descrição da instituição. No caso presente, a descrição da documentação pertencente ao arquivo de Vergílio Pereira foi realizada, numa fase inicial, ao nível do nível da unidade de instalação e documento simples e composto. Foi construída uma folha de Recolha de Dados (FRD) que foi preenchida com os elementos obrigatórios e opcionais constantes na ISAD(G) e ODA. Esta descrição inicial foi realizada antes de ser atribuída a classificação pois julgou-se necessário este procedimento para a análise e compreensão do contexto de produção dos documentos. Embora existissem dois instrumentos de descrição, o primeiro elaborado pelo IPPC e o segundo pela investigadora Rosário Pestana, a ligação e o contexto dos documentos não eram, por vezes, fáceis de estabelecer. A FRD serviu igualmente para estabelecer relações entre unidades relacionadas²², e agrupar séries, numa fase final. Contudo, por não ter sido possível descrever todos os documentos (incluem-se neste âmbito os documentos que integram as séries Correspondência, Programas e Convites de Concertos de Grupos Corais e Documentos de Despesa) e por uma questão de coerência, a descrição apresentada como produto final constitui um inventário contendo todas as descrições entre o nível de Fundo e Série.

A granularidade ou a descrição ao nível do documento simples ou composto é uma preocupação manifestada na 3ª versão das ODA, que não chegou a ser aprovada, e presente em muitos autores que se dedicam a debater as questões relacionadas com

²² O elemento unidades de descrição relacionadas foi útil para estabelecer relações entre, por exemplo, os cadernos de campos que contêm as transcrições musicais com as gravações ou as partituras manuscritas com os livros de Canto Coral.

a descrição. As alterações no perfil dos utilizadores e a necessidade de as instituições disponibilizarem os recursos na *web*, face às exigências dos mesmos, recomendam a descrição a um nível mais detalhado. No entanto, esta disponibilização e novas exigências levantam outras questões que se prendem igualmente com o rigor e detalhe imposto na descrição, ausente em muitas descrições dado o tempo dispendido e recursos humanos necessários. O texto de Mark A. Greene e Dennis Meissner (2005) *More Product, Less Process: Revamping Traditional Archival Processing* sugere uma forma mínima de processamento arquivístico, de forma a rentabilizar e a disponibilizar os recursos existentes na existência de um grande volume de material arquivístico por tratar. No entanto, esta forma mínima de processamento arquivístico tem como consequência a parca informação associada à documentação.

3.4.2.1 As Normas do CIA e a sua aplicação

A descrição da documentação que constitui o arquivo de Vergílio Pereira foi realizada com recurso às normas publicadas pelo CIA, complementadas pelas ODA, por se julgar que a sua utilização conjunta permitiria criar uma representação mais acurada e consistente, e a futura inserção numa base de dados ou repositório. As normas ISAG(G), ISAAR, ISDIAH e ISDF, quando usadas em conjunto, dentro do contexto de um sistema de descrição arquivístico, permitem que as descrições dos documentos sejam ligadas, por exemplo, à descrição das autoridades arquivísticas (Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias), à descrição de funções ou de entidades com acervos arquivísticos e uma multiplicidade de ligações passíveis de serem feitas pelo utilizador.

A articulação das quatro normas ainda está em discussão e o grupo de trabalho encarregue de as estudar e propor um modelo concetual que permita a integração das descrições e a pesquisa em diversos repositórios de informação (GEDA) não publicou os resultados finais.

Segundo o *Progress Report for Revising and Harmonizing ICA Descriptive Standards* (2012a, p. 14), quando se utilizam as normas ISAD(G) e a ISAAR juntas, a “História administrativa/ biográfica/familiar”, elemento pertencente à “Zona do

Contexto” na ISAD(G), deixa de ser necessário, sendo preenchido pelo elemento “História”, pertencente à “Zona da Identificação” na ISAAR porque a descrição dos produtores cabe a esta norma. O mesmo se aplica à utilização conjunta da ISAD(G), ISAAR e ISDF, com o elemento “Funções, Ocupações e Atividades”, pertencente à ISAAR que será gerido pela ISDF, responsável por criar pontos de acesso para as funções.

No sentido de produzir uma descrição conjunta, evitando a duplicação de informação, procedeu-se à análise das normas, com o foco nos elementos das zonas passíveis de serem repetidas²³. O quadro apresenta as zonas de cada norma com os elementos correspondentes. Os campos sublinhados são aqueles que se tornam redundantes quando se articulam as normas numa só descrição. Não foram considerados os títulos²⁴ que se repetem mas considerados necessários porque cumprem objetivos diferentes.

No presente caso, sendo um arquivo com documentação produzida e acumulada por uma pessoa, as coincidências nos elementos da ISAAR e ISDIAH, que se relacionam com a “Forma(s) autorizada(s) do nome”, pertencente à “Zona da Identificação”, ou com o “Contexto geral” e o “Contexto cultural e geográfico”, não se colocam. Tanto a ISAAR como a ISDIAH são Agentes, mas a repetibilidade da informação só existe quando o produtor é simultaneamente a entidade que detém a documentação. Os elementos a ter em conta quando a utilização das normas se faz em conjunto dizem respeito à “História administrativa/ biográfica/familiar”, elemento pertencente à “Zona do Contexto” na ISAD(G) e a “História” na ISAAR, que pertence à “Zona da Identificação”.

Outros dos elementos a ter em consideração, como já referido, é as “Funções, Ocupações e Atividades” que, no caso de Entidades que são pessoas Coletivas, devem ser preenchidos pela norma ISDF. Relativamente aos arquivos pessoais, esta norma não contempla a possibilidade de se descrever funções associadas a produtores como

²³ Cfr. Anexo 1

²⁴ A uniformização destes títulos constantes nas quatro normas está a ser considerada pelo GEDA, no âmbito do desenvolvimento do modelo concetual.

peças individuais, embora se possa fazer uma leitura das mesmas. O facto de os quadros de classificação poderem partir de bases funcionais pode ser aproveitado para, numa descrição, serem feitas as ligações à Seção correspondente, ou subseção, por exemplo. No quadro de classificação do arquivo de Vergílio Pereira essa aplicação torna-se complicada porque é difícil estabelecer a ligação a uma série que pode ser tipológica. No entanto, propõe-se um exemplo da aplicação da ISDF adaptada a uma função, representada pela Seção Direção Coral.

A recomendação nas normas e as orientações nas ODA incidem na recuperação da informação através de um vocabulário controlado, sendo importante ter em atenção a designação dos títulos e identificação do nome do produtor que dever ser a forma autorizada e a que melhor identifica, neste caso, a pessoa que produziu a documentação.

O exercício de descrição feito no presente trabalho teve presente as seguintes considerações, fruto da análise, leitura e reflexão em torno das leituras e análise das normas e a sua aplicabilidade ao arquivo pessoal de Vergílio Pereira:

- a descrição deve representar a realidade dos documentos. O elemento “História” na ISAAR deve conter informação relativa à vida e percurso profissional de Vergílio Pereira, mas deve refletir a documentação existente;
- a descrição deve ser realizada com as normas publicadas para o efeito pelo CIA, de forma a potenciar a futura recuperação de informação;
- a descrição a ser realizada deve ser o mais detalhada possível. Os elementos não obrigatórios das normas serão incluídos na descrição consoante a pertinência e a informação considerada importante para a compreensão do todo;
- a conjugação das descrições deve ser pensada para ser inserida num repositório ou sistema de informação e de forma a permitir o máximo de ligações possíveis.

Tendo em consideração estes aspectos, na descrição dos documentos que constituem o arquivo de Vergílio Pereira, além dos elementos obrigatórios recomendados pela norma ISAD(G) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, p. 11) como o “Código de referência”, “Título”, “Produtor”, “Data(s)”, “Dimensão da

unidade de descrição” e “Nível de descrição”, foram incluídos os elementos opcionais “Âmbito e conteúdo” ao nível da Seção e Série. Esta decisão prende-se com o facto de se considerar que se pode descrever mais detalhadamente e contextualizar a produção dos documentos. Como exemplo, apresenta-se a descrição das Séries “Escritos de Terceiros”²⁵ e “Correspondência Geral” e onde foi possível incluir mais informação sobre os documentos que as constituem.

Na descrição segundo a ISAAR os elementos obrigatórios são: “Tipo de entidade”, “Forma(s) autorizada(s) do nome”, “Datas de existência” e “Identificador do registo de autoridade” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, p. 14-15). No sentido de fornecer mais informação sobre o produtor, os seus documentos e as relações estabelecidas com terceiros, foram incluídos os elementos “História” (assumido pela ISAAR e não incluído na ISDA(G)), e “Lugares”, pertencentes à “Zona de Identificação”. Na “Zona das Relações” foram incluídos todos os elementos. A informação dada nesta zona permite registar e descrever as relações com outras pessoas colectivas, pessoas singulares, e/ou famílias. As relações criadas foram seleccionadas em função da representatividade das mesmas na documentação.

A opção de usar os elementos opcionais constantes nas normas foi utilizada também na descrição segundo a ISDIAH, de forma a potenciar a informação sobre a instituição.

3.4.3 A descrição integrada da informação arquivística: facilitar a divulgação do Arquivo de Vergílio Pereira

Segundo o Conselho Internacional de Arquivos (2012, p. 14), terceiro princípio, “Os arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos. Os arquivistas usam vários meios para tornar os arquivos conhecidos, inclusive a internet, publicações na web, documentos impressos, programas públicos, meios comerciais e outras atividades de alcance. Eles devem estar continuamente

²⁵ Cfr. Anexo, p. 87-88 e 92

atentos a mudanças nas tecnologias de comunicação e usam aquelas que estão disponíveis para promover o conhecimento dos arquivos.”

A descrição dos documentos pertencentes ao Arquivo de Vergílio Pereira com recurso às normas ISAD(G), ISAAR, ISDIAH e à norma adaptada ISDF foi pensada para que, integrada num sistema de descrição arquivístico, os documentos possam ser pesquisados e relacionados entre si, de forma a agilizar a recuperação da informação e promover a sua divulgação. É também, e no caso do Arquivo de Vergílio Pereira, uma forma de preservação da memória e valorização do património arquivístico, que poderia ficar acessível a um maior número de pessoas. Desta forma, propõe-se que a descrição arquivística do arquivo pessoal Vergílio Pereira seja acomodada por um sistema que seja compatível com as normas ISAD(G), ISAAR, ISDIAH e ISDF (adaptada) e que permita que a metainformação descritiva produzida com recurso a aplicações especializadas, bem como eventuais imagens digitais de documentos selecionados, possam vir a ser difundidas²⁶ em sítios *web* (EX. DGPC) e portais agregadores, nacionais e internacionais. A seguir, damos alguns exemplos de como poderia ser feita essa ligação.

Um exemplo de sistema de descrição arquivística conforme às normas e ao modelo do CIA é o software de formato aberto ICA-ATOM, que permite igualmente associar os documentos digitais correspondentes. Cumpre igualmente os requisitos exigidos aos aderentes da Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) que “devem ter os seus registos de descrição de acordo com as normas ISAD(G) 2, EAD, ISAAR (CPF), EAC 2 e com o protocolo OAI-PMH” (PENTEADO, p. 125). A RPA agrega todas as instituições produtoras de documentos de arquivo aderentes. Por sua vez, o Portal Português de Arquivos (PPA) possibilita o acesso a todos os conteúdos disponibilizados pelas entidades aderentes. Existe ainda a possibilidade de exportação dos registos para o Portal Europeu de Arquivos e para o Portal Europeana.

O Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas²⁷ (FNAA) implementado em 2012 e promovido pela DGARQ vem completar a “promoção do acesso integrado à

²⁶ Por ex., através da DGPC e do catálogo coletivo para coleções museológicas MatrizNet

²⁷ Cfr. <http://arquivos.pt/servicos/ficheiro-nacional-de-autoridades-arquivisticas/>

informação”, um dos eixos que integram a linha de actuação da instituição (PENTEADO, 2013, p. 123). O FNNA permite a recuperação das descrições dos Produtores e Detentores, das Funções, (que dão origem aos documentos) dos Registos patrimoniais de classificação e também dos Recursos externos, aqueles que se relacionam com as entidades descritas, através do Portal Português de Arquivos.

A descrição da documentação do arquivo pessoal de Vergílio Pereira poderia ser integrada, com recurso a um sistema de descrição arquivístico, num repositório ou em portais como os sugeridos, facultando o acesso a um maior número de utilizadores, através da sua divulgação e disponibilização.

CONCLUSÃO

Os arquivos pessoais têm características distintivas e são motivo de interesse crescente depois de muito tempo terem sido secundarizados na discussão arquivística. No entanto, as potencialidades associadas ao seu uso são indiscutíveis pois contribuem para o conhecimento de uma personalidade, época, ou, no caso concreto do arquivo pessoal de Vergílio Pereira que constituiu o objeto de estudo, uma parte da história da música e etnomusicologia em Portugal, que se descobre através dos documentos (textuais e sonoros) gerados e acumulados pelo mesmo.

A pergunta de partida como “organizar e descrever o arquivo pessoal de Vergílio Pereira tendo por modelo as normas de descrição arquivística e torná-lo inteligível e acessível a uma comunidade mais alargada, que a de investigadores e etnomusicólogos?” norteou o estudo constituído por várias etapas que culminaram na criação de um quadro de classificação e de instrumentos de acesso à sua descrição. Durante esse processo, procedeu-se à pesquisa e estudo de textos e publicações que foram essenciais para a compreensão da vida do produtor e das atividades por ele desenvolvidas. Sem esta contextualização necessária a representação da informação seria pouco clara e insuficiente. Os esclarecimentos prestados pela investigadora Rosário Pestana, que estudou a documentação do arquivo de Vergílio Pereira e a partir da qual também escreveu, permitem-nos igualmente entender a importância da interdisciplinaridade e da partilha de conhecimentos, com as quais se pode retirar ensinamentos para aplicar no trabalho arquivístico. Na ausência de estudos produzidos sobre aquele período ou época da história da música e da Etnomusicologia em Portugal ou sobre as figuras que nela tiveram destaque, o trabalho estaria muito mais dificultado. O facto de existirem já estudos sobre o produtor e a sua atividade facilitou a compreensão dos documentos e possibilitou a criação da história biográfica, a partir da qual se estruturou a restante informação e a construção do quadro de classificação de base funcional.

A organização dos documentos que constituem o arquivo pessoal de Vergílio Pereira nem sempre foi um processo fácil: traduzir as relações entre os documentos,

só é possível depois se de tomar contacto com os mesmos, através da sua análise e da identificação das atividades e funções que originaram a sua produção. A descrição que antecedeu a organização foi necessária para identificar e relacionar documentos que não se encontravam reunidos.

A construção do quadro de classificação colocou igualmente algumas questões que se prendem com a ordem original dos documentos e serviu também para compreender que nenhum processo é neutro. Daí o cuidado de justificar opções quando estas estão ligadas a alterações na organização atribuída, pois a forma como se classifica pode condicionar o acesso à informação e aos documentos.

A descrição detalhada e com recurso à articulação das normas publicadas pelo CIA revelou-se a melhor opção quando o nosso objetivo é facultar o acesso a uma comunidade mais alargada. Pensar na conjugação das normas e como as descrições separadas se podem reunir e interligar, com a ajuda de sistemas de descrição arquivística e sítios e portais de acesso a conteúdos, é fundamental quando o que se pretende é a sua disponibilização a um maior número de utilizadores e o acesso integrado à informação.

Através da organização e da descrição arquivística que no caso da documentação pertencente ao Arquivo Vergílio Pereira se fez com recursos a princípios e normas internacionais, pode-se valorizar o património arquivístico e resgatar a memória guardada pelos documentos. Preserva-se, igualmente, a memória de Vergílio Pereira, do seu trabalho e métodos de registo, dos cantos orfeónicos e da música de matriz rural em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ivone [et al.] (1993) – Dicionário de terminologia arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

BELLOTO, H. L. (1998) - Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos* [Em linha]. Vol. 11, nº21, p. 201-208. [Consult. 15-12-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>

CABEZAS BOLAÑOS, Esteban (2005) - Music archives organization: a conceptual framework. *Inf. cult. soc.* [Em linha]. Nº 13, p. 81-99. [Consultado 19-12-2015]. Disponível na Internet na <URL: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n13/n13a05.pdf>>

CALDEIRA, Gregório Filipe Alves (2011) - A colecção sonora da CGTP-I (1974-2010): proposta de descrição e preservação. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de Mestrado em Ciências de Informação e da Documentação. [Consult. 12-10-2015]. Disponível na <URL: [http://run.unl.pt/bitstream/10362/7556/1/Colec%C3%A7%C3%A3o%20Sonora%20CGTP-IN Greg%C3%B3rio%20Caldeira.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/7556/1/Colec%C3%A7%C3%A3o%20Sonora%20CGTP-IN%20Greg%C3%B3rio%20Caldeira.pdf)>

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (2009) - Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. [Consult. 05-06-2015]. Disponível na Internet <URL: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan; BRANCO, Jorge Freitas org. (2003) - Vozes do Povo: a Folclorização em Portugal. Lisboa: Celta. 669 p.

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan (2009) – Arquivos sonoros e audiovisuais no século XXI. In *Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, p. 187-195.

CASTELO - BRANCO, Salwa El-Shawan, dir. (2010) - Pereira, Vergílio José Gaspar. In *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol L-P, p. 988-989.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2002) - ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa: IAN/TT. [Consult. 05-06-2015]. Disponível na internet <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isadg.pdf>>

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2004) - ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias/ trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. [Consult. 05-06-2015]. Disponível na internet <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isaar.pdf>>

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2007) – ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções. Trad. Vítor Manuel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult. 10-07-2015]. Disponível na internet <URL: http://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf>

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2008) – ISDIAH: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult. 10-07-2015]. Disponível na internet <URL: http://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2008_Guidelines_ISDIAH_First-edition_PT.pdf>

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comitê de Boas Práticas e Normas. Grupo de Trabalho sobre Acesso (2012) - Princípios de acesso aos arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult. 9-01-2016]. Disponível na Internet <URL: <http://www.ica.org/sites/default/files/Principios%20pub%20eletronica.pdf>>

COOK, Terry (1998) - Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-

moderno. *Revista Estudos Históricos* [Em linha]. Vol. 11, nº21, p. 129-150. [Consult. 03-12-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2062>>

COOK, Terry (2008) - [Mensagem]. In COX, Richard – [blog] *Reading Archives*. January, 12, 2008. [Consultado 10-11-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://readingarchives.blogspot.pt/2008/01/walter-benjamin-and-archives.html>>

COOK, Terry (2013) - Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science* [Em linha]. Vol. 13 , nº2-3, p. 95-120. [Consult. 08- 06-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10502-012-9180-7#/page-2>>

COTTA, André Guerra (2006) - Fundamentos para uma arquivologia musical. *Arquivologia e património musical*. Vol. 15. [Consultado 19-12-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://books.scielo.org/id/bvc3g/pdf/cotta-9788523208844-03.pdf>>

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. Programa de normalização da descrição em arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (2007) – Orientações para a Descrição Arquivística. 2ª Versão. Lisboa: DGARQ. [Consult. 11-05-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>>

DOUGLAS, Jennifer Lynn (2013) - Archiving Authors: Rethinking the Analysis and Representation of Personal Archives. Toronto: Faculty of Information. University of Toronto. PhD thesis. [Consult. 05-06-2015]. Disponível na Internet <URL: [https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/35808/1/Douglas Jennifer L 2013 06 PhD Thesis.pdf](https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/35808/1/Douglas%20Jennifer%20L%202013%20PhD%20Thesis.pdf)>

DUCROT, Ariane (1998) - A classificação dos arquivos pessoais e familiares - *Revista Estudos Históricos* [Em linha]. Vol. 11, n. 21, p. 151-168. [Consult. 10-11-2015]. Disponível na Internet. <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>>

FISHER, Rob (2009) - In search of a theory of private archives: the foundational writings of Jenkinson and Schellenberg revisited. *Archivaria* [Em linha]. Nº67, p. 1-24. [Consult. 15-12-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13205/14480>>

GIGA, Idalete Garcia (1989) - O espólio etnomusicológico de Vergílio Pereira. *Boletim*. Lisboa: Associação Portuguesa de Educação Musical. Nº62 (Julho-Setembro), p. 51-53.

GREENE, Mark; MEISSNER, Dennis (2005) - More product, less process: revamping traditional archival processing. *The American Archivist* [Em linha]. Vol. 68, n. 2, p. 208-263. [Consult. 03-04-2016]. Disponível na internet <URL: <http://americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/aarc.68.2.c741823776k65863>>

GUEGUEN, Gretchen [et al.] (2013) - Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. *Revista Acervo* [Em linha]. Vol. 26, n. 2, p. 100-116. [Consult. 11-07-2015]. Disponível na internet <URL: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/517>>

HEYMANN, Luciana Quillet (2009) - O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 45, p. 40-57. [Consult. 6 -11 2015]. Disponível na Internet <URL: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf >

HOBBS, C. (2001) - The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria* [Em linha]. Vol. 1, nº52, p.126-135. [Consult. 20-11-2015]. Disponível na internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817/14027>>

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Best Practices and Standards (2012a) - Progress Report for Revising and Harmonizing ICA Descriptive Standards. [Consult. 10 -02 -2016]. Disponível na Internet <URL: [http://www.ica.org/sites/default/files/Report for revising harmonising description standards.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/Report%20for%20revising%20harmonising%20description%20standards.pdf)>

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES . Committee on Best Practices and Standards (2012b) - Relationship in Archival Descriptive Systems. [Consult. 10 -02 - 2016].

Disponível na Internet <URL: <http://www.ica.org/13149/standards/cbps-relationship-in-archival-descriptive-systems.html>>

LANDAU, Carolyn; FARGION, Janet Topp (2012) - We're all archivists now: towards a more equitable ethnomusicology. In *Ethnomusicology Forum*. Vol. 21, nº 2, p. 125-140. [Consult. 19-12-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17411912.2012.690188Z>>

PAIXÃO, Rui Alexandre Gamboa (2012) - Para a normalização da descrição arquivística: proposta de um modelo de referência. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. [Consult. 11-01-2016]. Disponível na Internet na <URL: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6983/1/ulfl122542_tm.pdf>

PATON, Christopher Ann (1990) - Whispers in the stacks: The problem of sound recordings in archives. *American Archivist* [Em linha]. Vol. 53, nº2, p. 274-280. [Consult. 18-06-2015]. Disponível na Internet na <URL: <http://archivists.metapress.com/content/9701121pj7j58778/fulltext.pdf>>

PENTEADO, Pedro (2010) – A normalização em arquivos: panorâmica actual da produção nacional e internacional [Em linha]. [Consult. 07-08-2015]. Disponível na <URL: http://www.culturadigital.pt/docs/dgarg_penteado.pdf>

PENTEADO, Pedro (2015) - Gestão de documentos de arquivo na administração pública em Portugal: experiência e desafios. *Acervo* [Em linha]. Vol. 28, nº, p. 121-133. [Consult. 20-04-2016]. Disponível na <URL: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/612>>

PEREIRA, Vergílio (1950) – Cancioneiro de Cinfães. Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 584 p.

PEREIRA, Vergílio (1959a) – Cancioneiro de Arouca. Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 904 p.

PEREIRA, Vergílio (1959b) – Corais mirandeses. Novos subsídios para o Cancioneiro raiano. *Douro Litoral*, 9.ª série, I, 1959, p. 5-33.

PEREIRA, Vergílio, compil. ; BONITO, Rebelo, coment. (1957) – Cancioneiro de Resende. Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 423 p.

PESTANA, Maria do Rosário (2008) - “À luz do Sol, ao pé da igreja”: música, identidade e género na construção do Douro Litoral. Dissertação de doutoramento em Ciências Musicais – Etnomusicologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 401 p.

PESTANA, Maria do Rosário (2010) - Um ritual de regeneração e transcendência: o canto orfeónico nas primeiras décadas do século XX. *e-cadernos ces* [Em linha]. Nº 8. [Consult. 30-12-2015]. Disponível na internet <URL:<http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos8/06%20%20Rosario%20Pestana%2012.04.11%20FINAL.pdf>>.

PESTANA, Maria do Rosário (2011) - Dar luz aos textos, silenciar as vozes “des”-conhecimento e distanciamento em processos de construção da “música portuguesa” (1939-59)”. *Arte e Filosofia*. p. 68-81. [Consult. 30-12-2014]. Disponível na Internet <URL: http://www.raf.ifac.ufop.br/pdf/artefilosofia_11/Dossie_Rosario.pdf>

PITTI, D. [et al.] (2014) – Experts Group on Archival Description: interim report. In *Girona 2014: Arxius I Indústries Culturals* [Em linha]. [Consult. 10-02-2016]. Disponível na Internet <URL: <http://www.girona.cat/web/ica2014/ponents/textos/id56.pdf>>

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7. (2005) - Norma Portuguesa 4041 2005: Informação e documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos. Lisboa: IPQ.

RIBEIRO, Fernanda (1998) - O acesso à informação nos arquivos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de doutoramento. [Consult. 12-08-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id131&sum=sim>>

RIBEIRO, Fernanda (2012) - Organização e uso da informação: conhecer bem para bem representar. *IRIS-Revista de Informação, Memória e Tecnologia*. Vol 1, nº1, p. 7-16. [Consult. 07-11-2015]. Disponível na internet <URL:

<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/66267/2/fernandaribeiroorganizacao000191125.pdf>>

RUIZ, Miviam (2008) - Carlo Borbolla, la dimensión de un músico a través del estudio de su archivo personal. *Ensayos. Historia y teoría del arte*. Bogotá D. C., Universidad Nacional de Colombia, 2008. Nº. 15, p. 128-145. [Consult. 30-12-2015]. Disponível na internet <URL:

<http://revistas.unal.edu.co/index.php/ensayo/article/view/45858/47411>>

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; ARÈS, Florence (1998) - Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 356 p.

RUNA, Lucília (2011) – A descrição arquivística. In Cruz Mundet, José Ramón [et al.] - *Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011, p. 161-214. [Consult. 30-12-2015]. Disponível na internet <URL:

<http://www.archiveros.net/LIBRO.ARCHIVOS.IBEROAMERICANOS.pdf>>

SARDO, Susana (2009) - Música Popular e Diferenças Regionais In LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro (Eds.) - *Multiculturalidade: raízes e estruturas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Cap.1 . [Consult. 30-12-2015]. Disponível na internet <URL:

http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1_PI_Cap8.pdf/d3d3f152-386f-4d1a-8d48-58d699e6d25b>

SCOTT, Peter (1966) - The record group concept: a case for abandonment. *American Archivist* [Em linha]. Vol. 29, nº4, p. 493-504. [Consult. 11 -04- 2015]. Disponível na Internet <URL:

<http://archivists.metapress.com/content/y886054240174401/fulltext.pdf>>

SEEGER, Anthony (1986) - The Role of Sound Archives in Ethnomusicology Today. *Ethnomusicology*. Vol. 30, nº 2, p. 261-276. [Consult. 30-12-2015]. Disponível na internet <URL: http://www.jstor.org/stable/851997?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents>

SERAFIM, Catarina (2014) - Os arquivos de músicos: uma abordagem à luz do arquivo pessoal de Alfredo Keil. Dissertação de mestrado. [Consult. 14-12-2015]. Disponível na Internet <URL: http://run.unl.pt/bitstream/10362/13809/1/CatarinaSerafim_AlfredoKeil.pdf>

SILVA, Armando Malheiro da (2004) - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Nº 3, p. 55-84. [Consult. 14-12-2015]. Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8111/2/4083.pdf>>

SILVA, Armando Malheiro da (2015) - O método quadripolar e a pesquisa em ciência da informação. *Revista PRISMA. COM*. Nº 26, p. 27-44. [Consult. 11-02-2016]. Disponível na Internet <URL: <http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/3097>>

SILVA, M. D. (2014) - “Orfeonizar a Nação”, o canto coral como instrumento educativo e político nos primeiros anos da Mocidade Portuguesa (1936-1945). *Revista portuguesa de musicología* [Em linha]. Vol. 11, p. 139-174. [Consult. 10-02-2016]. Disponível na Internet <URL: <http://rpmns.pt/index.php/rpm/article/view/107>>

LISTA DE FIGURAS OU ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 : Quadro sinóptico do conteúdo das unidades de instalação	33
Tabela 2 : Funções, atividades e documentos produzidos ou acumulados	35

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Quadro comparativo das Normas ISAD(G), ISAAR, ISDIAH e ISDF: elementos repetidos

ANEXO 2: Descrição do Arquivo pessoal Vergílio Pereira, de acordo com as normas ISAD(G), ISAAR, ISDIAH e ISDF (adaptada)

ANEXOS

ANEXO 1: Quadro comparativo das Normas ISAD(G), ISAAR, ISDIAH e ISDIAH: elementos repetidos

ISAD(G)	ISAAR	ISDIAH	ISDF
3.1 ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	5.1. ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	5.1 ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	5.1 ZONA DE IDENTIFICAÇÃO
3.1.1 Código(s) de referência	5.1.1 Tipo de entidade	5.1.1 Identificador	5.1.1 Tipo
3.1.2 Título	5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome
3.1.3 Data(s)	5.1.3 Formas paralelas do nome	5.1.3 Forma(s) paralela(s) do nome	5.1.3 Forma(s) paralela(s) do nome
3.1.4 Nível de descrição	5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras		
	5.1.5 Outras formas do nome	5.1.4 Outra(s) forma(s) do nome	5.1.4 Outra(s) forma(s) do nome
3.1.5 Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	5.1.6 Identificadores para pessoas colectivas		5.1.5 Classificação
		5.2 ZONA DO CONTACTO	
		5.2.1 Local e morada(s) 5.2.2 Telefone, fax, e-mail 5.2.3 Pessoas de contacto	

Tabela adaptada a partir de RUNA, 2011

3.2 ZONA DO CONTEXTO	5.2. ZONA DA DESCRIÇÃO	5.3 ZONA DA DESCRIÇÃO	5.2 ZONA DO CONTEXTO
3.2.1 Nome do(s) produtor(es)	5.2.1 Datas de existência		5.2.1 Datas
3.2.2 História administrativa/biográfica	5.2.2 História	5.4 História da entidade detentora	5.2.2 Descrição
3.2.3 História custodial e arquivística	5.2.3 Lugares	5.5 Contexto geográfico e cultural	5.2.3 História
3.2.4 Fonte imediata de aquisição ou transferência	5.2.4. Estatuto legal	5.3.3 Mandatos / Fontes de autoridade	5.2.4 Legislação
	5.2.5. Funções, ocupações e atividades	5.3.4 Estrutura administrativa	
	5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade	5.3.5 Gestão de documentos e política de aquisições	
	5.2.7 Estruturas internas/Genealogia	5.3.6 Edifício(s)	
	5.2.8. Contexto geral	5.3.7 Fundos arquivísticos e não arquivísticos detidos	
		5.3.8 Instrumentos de descrição, guias e publicações	
3.3 ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA			
3.3.1 Âmbito e conteúdo			

3.3.2 Avaliação, selecção e eliminação			
3.3.3 Ingresso(s) adicional(ais)			
3.3.4 Sistema de organização			
3.4 ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO		5.4 ZONA DO ACESSO	
3.4.1 Condições de acesso		5.4.1 Horários de abertura	
3.4.2 Condições de reprodução		5.4.2 Condições e requisitos de acesso e utilização	
3.4.3 Idioma/Escrita		5.4.3 Acessibilidade	
3.4.4 Características físicas e requisitos técnicos			
3.4.5 Instrumentos de descrição			
		5.5 ZONA DOS SERVIÇOS	
		5.5.1 Serviços de pesquisa	
		5.5.2 Serviços de reprodução	
		5.5.3 Áreas públicas	
3.5 ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	5.3 ZONA DAS RELAÇÕES		5.3 ZONA DAS RELAÇÕES
3.5.1 Existência e localização de originais	5.3.1 Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas		5.3.1 Forma autorizada do nome / Identificador da função

			relacionada
3.5.2 Existência e localização de cópias	5.3.2 Tipo de relação		5.3.2 Tipo de relação
3.5.3 Unidades de descrição relacionadas	5.3.3 Descrição da relação		5.3.3 Descrição da relação
3.5.4 Nota de publicação	5.3.4 Datas da relação		5.3.4 Datas da relação
3.6 ZONA DAS NOTAS			
3.6.1 Notas			
3.7 ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	5.4. ZONA DO CONTROLO	5.6 ZONA DO CONTROLO	5.4 ZONA DO CONTROLO
3.7.1 Nota do(s) arquivista(s)	5.4.1 Identificador do registo de autoridade	5.6.1 Identificador da descrição	5.4.2 Identificadores da instituição
	5.4.2 Identificadores da instituição	5.6.2 Identificador da instituição	5.4.1 Identificador da descrição da função
3.7.2 Regras ou convenções	5.4.3 Regras e/ou convenções	5.6.3 Regras e / ou convenções utilizadas	5.4.3 Regras e / ou convenções utilizadas
	5.4.4 Estatuto	5.6.4 Estatuto	5.4.4 Estatuto
	5.4.5 Nível de detalhe	5.6.5 Nível de detalhe	5.4.5 Nível de detalhe
3.7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	5.6.6 Datas de criação, revisão ou eliminação	5.4.6 Datas de criação, revisão ou eliminação
	5.4.7 Línguas e escritas	5.6.6 Idiomas e escritas	5.4.7 Idioma(s) e escrita(s)
	5.4.8 Fontes	5.6.7 Fontes	5.4.8 Fontes
	5.4.9 Notas de manutenção	5.6.8 Notas de manutenção	5.4.9 Notas de manutenção

	6. RELAÇÕES DAS PESSOAS COLECTIVAS, PESSOAS SINGULARES E FAMÍLIAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS	6. RELAÇÕES DAS ENTIDADES DETENTORAS COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E COM OS SEUS PRODUTORES	6. RELAÇÕES DAS FUNÇÕES COM AS PESSOAS COLECTIVAS, COM A DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO E OUTROS RECURSOS
	6.1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados	6.1 Título e identificador da documentação de arquivo relacionada	6.1 Identificador e forma(s) autorizada(s) do nome / título do recurso relacionado
	6.2 Tipos de recursos relacionados	6.2 Descrição da relação	6.2 Natureza da relação
	6.3 Natureza das relações	6.3 Datas da relação	6.3 Datas da relação
	6.4. Datas dos recursos relacionados e/ou das relações	6.4 Forma(s) autorizada(s) do nome e identificador do registo de autoridade relacionado	

Tabela adaptada de: RUNA, 2011

ANEXO(S)

ANEXO 2: Descrição do Arquivo Pessoal Vergílio Pereira, de acordo com as normas ISAD(G), ISAAR, ISDIAH E ISDF (adaptada)

Exemplo 1: descrição conforme a ISAAR

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Tipo de entidade:	Pessoa individual
Forma(s) autorizada(s) do nome:	PEREIRA, Vergílio
Outras formas do nome	PEREIRA, Vergílio José Gaspar
ZONA DA DESCRIÇÃO	
Datas de existência	1900-1965
História	<p>Vergílio José Gaspar Pereira nasceu a 7 de Outubro de 1900, na freguesia de Vilela, concelho de Paredes. Filho de António Gaspar Pereira e de Francisca Romana Coelho Pereira, cresceu num meio musical influenciado pelo seu pai, fundador e regente da Banda Musical de Vilela.</p> <p>Frequentou a Escola Normal do Porto (onde concluiu o curso de Magistério Primário em 1919), o Conservatório de Música e a Academia Mozart, no Porto. Foi professor e diretor da Escola Anexa à Normal do Porto, inspetor de Canto Coral nos estabelecimentos de ensino secundário e professor de Canto Coral da escola Ramalho Ortigão.</p> <p>Escreveu manuais para ensino coral onde se incluem o “Coros Lusíadas (para a juventude)” e “Coral infantil (coros a 2 e 3 vozes)” e “Canto coral: o meu diário (exercícios graduados)”.</p> <p>Publicou estudos sobre música em algumas publicações periódicas, entre as quais “O Tripeiro”, onde escreveu sobre as temporadas musicais no teatro S. João do Porto, com o título “O Velho Porto Musical” tendo colaborado igualmente na imprensa diária. Era sócio das associações Jornalistas e Homens de Letras do Porto, da Sociedade Portuguesa de Autores e Compositores, delegado dos Concerto Ritmo (Madrid) em Portugal, e da Revista Musical e membro correspondente em Portugal da Federação Musical Popular Francesa.</p> <p>Em 1957, em reconhecimento do seu trabalho, foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Instrução Pública.</p> <p>Vergílio Pereira possuía carteira profissional de Chefe de orquestra, tendo contribuindo para a divulgação do canto coral, enquanto maestro dos vários grupos orfeónicos que fundou e dirigiu. O canto</p>

	<p>coral teve o seu desenvolvimento nas primeiras décadas do séc. XX, impulsionado pelos ideais republicanos e pela educação pela arte, valores igualmente defendidos por Vergílio Pereira.</p> <p>Entre 1919 e quase até ao fim da sua vida, em 1965, Vergílio Pereira teve a seu cargo a direção dos seguintes grupos: Orfeão Infantil do Porto, grupo constituído pelos alunos da Escola Anexa à Escola Normal do Porto (1919 -1924); Orfeão Castro Araújo (Lordelo de Paredes), constituído por trabalhadores rurais (1924-1942); Orfeão Oliveira Martins, grupo de alunos da Escola Oliveira Martins do Porto (1934-1937); Coral Infantil do Porto constituído por alunos das Escolas oficiais da cidade do Porto (1935-1936); Coral Polifónico do Porto (com sede no Clube Fenianos) (1937-1947); Pequenas Cantoras do Postigo do Sol/Pequenas Cantoras de Portugal – grupo constituído por alunas do Recolhimento de Nossa Senhora e São José, reorganizado em 1956 com alunas da Associação de Proteção à Infância (1941-1953 e 1956-1958); Orfeão do Porto – coro misto, coro de câmara (1951-1958); Orfeão da Covilhã (1958-1965); Coro Etnográfico da Covilhã (1960-1965).</p> <p>Enquanto regente, ganhou vários prémios e reconhecimento público. Em 1932, com o Orfeão Castro Araújo, grupo misto constituído por trabalhadores rurais de Lordelo de Paredes, recebe o 1º Prémio no primeiro Concurso Orfeónico realizado em Portugal. Esta distinção vem reconhecer o trabalho desenvolvido com o orfeão, ao qual se dedicava desde 1924, aquando da sua colocação e da sua mulher, como professores primários naquela região. Para além dos ensaios e o ensino de aulas de canto, dedicava-se também à alfabetização dos seus elementos. Abriu igualmente caminho à entrada de mulheres no coro.</p> <p>O músico e etnomusicólogo desenvolveu igualmente todos os esforços para incluir no repertório coral que utilizava o que designava como a verdadeira música popular portuguesa com raízes rurais, rejeitando aquilo que considerava ser o “... folclore abastardado” e pouco representativo do genuíno cancionário português.</p> <p>Os primeiros levantamentos de música tradicional que efetuou foram utilizados para a constituição do repertório de coro, e na escrita dos manuais de ensino coral. As transcrições musicais eram harmonizadas para se adequarem ao coro, prática que era comum na época.</p> <p>Vergílio Pereira usou os espaços privilegiados de difusão da época, como a imprensa local e a rádio, para a qual atuou diversas vezes e deu entrevistas. As digressões também lhe trouxeram reconhecimento, tendo obtido críticas muito entusiastas com o grupo Coral Pequenas Cantoras do Postigo do Sol/Pequenas Cantoras de Portugal que era constituído por alunas do Recolhimento de Nossa Senhora e São José. Vergílio Pereira ensinou as alunas a atuar nos mais diversos espaços e submeteu-as a uma rigorosa preparação.</p> <p>Com o grupo Pequenas Cantoras de Portugal deu inúmeros concertos, de Norte a Sul do país e em Espanha, onde andou em digressão. Integrou no seu repertório os cramóis que havia recolhido em Cinfães, em 1947. A escolha do repertório, a partir dessa data,</p>
--	---

	<p>incidiu nas músicas produzidas em contexto de trabalho e religioso, recolhidas da tradição oral, substituindo as transcrições estilizadas e as harmonizações até aí utilizadas. Este foi um dos grupos patrocinados pela Junta de Província do Douro Litoral, que iria financiar os levantamentos de música tradicional efetuados por Vergílio.</p> <p>Apesar do sucesso alcançado pelo grupo e a aclamação da crítica, Vergílio não recebeu os apoios necessários para continuar a suportar os encargos decorridos das atuações e deslocações, numa altura (anos 50) em que o público já não acorria a assistir aos espetáculos. As pressões vieram da própria instituição, dada a projeção e o estatuto adquirido entretanto pelas alunas, apoiadas por Vergílio, que permitia o acesso a outras disciplinas, como francês e estenografia, algo que extrapolava as funções para as quais eram preparadas pela instituição. Em 1950, a nova direção decide afastar as alunas com mais de 18 anos, considerando “desequilibrada” a atuação do coro. Estes contratempos e a impossibilidade de ir a concurso com o grupo, apesar de ter recebido convite para participar num concurso internacional de canto coral, provocou uma onda de solidariedade e angariação de fundos, com eco na imprensa do norte mas a participação não foi em frente. A falta financiamento e de condições, leva-o em 1953 a abandonar as suas funções e o coro suspende a atividade.</p> <p>Em 1956, reorganiza o Coro com alunas da Associação de Proteção à Infância, com a qual ainda realizou concertos mas a ausência de apoio institucional e, novamente, a impossibilidade de participar no concurso internacional, faz com que cesse as suas funções.</p> <p>Como etnomusicólogo, Vergílio Pereira inicia o levantamento da música tradicional no concelho de Cinfães em 1947, subsidiado pela Junta da Província do Douro Litoral que dava cumprimento à missão da Comissão de Etnografia e História do Douro Litoral de proceder à recolha e ao estudo da música popular na província por si tutelada, no domínio do cumprimento do seu plano artístico e científico. Fundada em 1937 e presidida por Augusto César Pires de Lima, a Comissão iria integrar como elementos Vergílio Pereira, o engenheiro Rebelo Bonito e o antropólogo Jorge Dias para fazer o levantamento extensivo no território. A preferência pelos cantos polifónicos, no contexto de trabalho e religioso foi apoiada pela Comissão pelo facto de se acreditar que as formas arcaicas, com origem erudita subsistiam e era necessário preservá-las.</p> <p>Vergílio Pereira, em colaboração com Rebelo Bonito, que teve a seu cargo o estudo crítico, fez as transcrições musicais, identificando os informantes e contextos de produção, que foram posteriormente publicados no Cancioneiro de Cinfães (301 exemplos musicais) em 1950, editado pela Junta de Província do Douro Litoral. Em 1948, faz o levantamento em Resende, em 1953-1955, no concelho de Arouca, (já com um gravador adquirido pela Comissão) e em 1958 no concelho de Santo Tirso, tendo resultado desse trabalho no terreno a publicação dos Cancioneiro de Resende (1957) com 123 transcrições musicais, e o Cancioneiro de Arouca (1959) com 526, ambos editados pela JPDL. O cancioneiro de Santo Tirso nunca chegou a ser editado.</p>
--	--

	<p>Em 1957, publicou na revista Douro Litoral “Corais Geresianos: subsídios para o Cancioneiro Raiano” recolhidos entre 1952 e 1956 na Serra do Gerês e em 1959 “Corais Mirandeses: novos subsídios para o cancioneiro raiano” que foram por si coligidos em 1957 em Terras de Miranda a expensas próprias. Entre 1961 e 1963, Vergílio Pereira, agora contratado como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian para dar cumprimento ao projeto de construção de um Atlas da Música Popular Portuguesa, vai continuar o trabalho de levantamento etnográfico, efetuando as transcrições musicais e gravação das músicas nos concelhos de Santo Tirso (ao qual regressa para continuar o trabalho iniciado em 1958), Felgueiras e Baião, Guarda, e na região da Beira Baixa. Estes registos sonoros nunca foram divulgados, permanecendo até agora por publicar. No total, perfazem 1811 registos, que estão no Museu Nacional de Etnologia. Vergílio Pereira não foi o único músico a fazer o levantamento sistemático no terreno mas foi a metodologia inovadora e a atitude colaborativa com os informantes locais, os quais gratificava pelo seu trabalho e a documentação sistemática de todo o processo através das gravações, lista de gravações efetuadas, locais, nome dos informantes, géneros musicais, fotografias dos intervenientes, notas manuscritas e outros apontamentos que ajudaram a contextualizar o contexto de produção, que o fez destacar-se. Outro aspeto, prende-se também com o universo feminino, maioritariamente representado nas gravações e a escolha dos exemplos musicais (polifónicos) e géneros representados, o de trabalho e o religioso, que se afastavam da imagem veiculada pelos ranchos folclóricos na época.</p> <p>Vergílio não iria conseguir cumprir o projeto de construção do atlas, morrendo em 1965, no dia 24 de Setembro de 1965, deixando 1727 faixas gravada, que nunca foram publicadas e que permanecem inéditas até hoje.</p>
Lugares	Vilela (freguesia, concelho de Paredes, distrito do Porto, Portugal) (nascimento).
<p style="text-align: center;">ZONA DAS RELAÇÕES</p> <p style="text-align: center;">Primeira Relação</p>	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Escola Anexa à Normal do Porto
Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	Professor
Datas da relação	1919-1924

ZONA DAS RELAÇÕES	
Segunda Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Orfeão Infantil do Porto
Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	O Orfeão Infantil do Porto era constituído pelos alunos da Escola Anexa à Normal do Porto, tendo sido fundado e dirigido por Vergílio Pereira.
Datas da relação	1919-1924
ZONA DAS RELAÇÕES	
Terceira Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Orfeão Castro Araújo
Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	Grupo constituído por trabalhadores rurais de Lordelo (Paredes), fundado e dirigido por Vergílio Pereira.
Datas da relação	1924-1942
ZONA DAS RELAÇÕES	
Quarta Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Pequenas Cantoras do Postigo do Sol/Pequenas Cantoras de Portugal.
Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	Grupo constituído por alunas do Recolhimento de Nossa Senhora e São José, reorganizado em 1956 com alunas da Associação de Protecção à Infância, dirigido por Vergílio Pereira. O grupo Pequenas Cantoras de Portugal deu inúmeros concertos, de Norte a Sul de Portugal, e em Espanha.
Datas da relação	1941-1953 e 1956-1958

ZONA DAS RELAÇÕES	
Quinta Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Orfeão do Porto
Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	Coro de câmara, dirigido por Vergílio Pereira
Datas da relação	1951-1958
ZONA DAS RELAÇÕES	
Sexta Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Orfeão da Covilhã
Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	Grupo coral dirigido por Vergílio Pereira
Datas da relação	1958-1965
ZONA DAS RELAÇÕES	
Sétima Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Coro Etnográfico da Covilhã
Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	Grupo coral dirigido por Vergílio Pereira
Datas da relação	1960-1965
ZONA DAS RELAÇÕES	
Oitava Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Junta de Província do Douro Litoral

Tipo de relação	Associativa
Descrição da relação	Vergílio Pereira foi membro da Junta de Província do Douro Litoral e, ao serviço desta, fez o levantamento sistemático no terreno da música de matriz rural nos concelhos de Cinfães, Resende, Arouca e Santo Tirso.
Datas da relação	1947-1958
ZONA DAS RELAÇÕES Nona Relação	
Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionadas	Fundação Calouste Gulbenkian
Tipo de relação	Hierárquica
Descrição da relação	Vergílio Pereira foi bolseiro da Fundação, ao serviço da qual fez o levantamento da música de matriz rural nos concelhos de Felgueiras e Baião, Santo Tirso, Guarda, e na região da Beira Baixa.
Datas da relação	1961-1963
ZONA DO CONTROLO	
Identificador do registo de autoridade	PT/VP
Identificadores da instituição	PT/DGPC-MNE
Regras e/ou convenções	<p>CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias/ trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004.</p> <p>DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. Programa de normalização da descrição em arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a Descrição Arquivística. 2ª Versão. Lisboa: DGARQ, 2007.</p>
Estatuto	Versão preliminar
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	Criado em 10-04-2016

Línguas e escritas	Português
Fontes	<p>PESTANA, Maria do Rosário - À luz do sol, ao pé da igreja [Texto policopiado]: música, identidade e género na construção do Douro Litoral. Lisboa : [s. n.], 2008. [6], 401 p. Tese de doutoramento, Ciências Musicais, Ramo Etnomusicologia.</p> <p>CASTELO-BRANCO, Salwa, dir - Pereira, Vergílio José Gaspar. In <i>Enciclopédia da música em Portugal no século XX</i>. Lisboa : Círculo de Leitores, 2010. Vol L-P, p .988-989.</p>
Notas de manutenção	Elaborado por Ana Cristina Ramalho Henriques

Exemplo 2: descrição conforme à ISAD(G) ao nível do Fundo

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP
Título	Vergílio Pereira
Data(s):	1918-1965
Nível de descrição	Fundo
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	11 caixas, 46 bobines de fita magnética, fotografias (positivos e negativos), 3 filmes película, documentação textual ; papel
ZONA DO CONTEXTO	
Nome do produtor	Vergílio Pereira
História custodial e arquivística	<p>Em 1980, a família de Vergílio Pereira manifestou a intenção de doar o legado pessoal de Vergílio Pereira, constituído pela documentação produzida no decurso da sua vida profissional, como músico e etnomusicólogo, tendo inicialmente escolhido como instituição destinatária o Museu de Etnografia e História do Douro Litoral. No entanto, o departamento de Musicologia da Direção Geral do Património Cultural iniciou contactos no sentido de receber o arquivo, já que fazia parte dos seus objetivos reunir e fazer o levantamento do património musical existente. Os herdeiros aceitaram fazer a doação na condição deste património ser salvaguardado e preservado.</p> <p>Em 1981, foi autorizada formalmente a doação de toda a documentação pessoal de Vergílio Pereira ao Instituto Português do Património Cultural.</p> <p>Em 1992, o Decreto-Lei n.º 106-A/92, de 1 de junho extingue o IPPC e o arquivo de Vergílio Pereira é transferido para o Museu Nacional de Etnologia. Não existe nenhum auto de entrega que testemunhe esta transferência, apenas um registo manuscrito com a indicação de</p>

	<p>nº de bobines entregues. A restante documentação não é referida embora tenham sido entregues 14 caixas de arquivo, conforme consta num ofício enviado pela Direção do Museu em 1997, em resposta a um pedido de informação da tutela relativo a documentação vinda do Ex-Núcleo de Musicologia do IPPC.</p> <p>Destas 14 caixas, ficaram 11, já que foram retiradas as bobines para reacondicionamento no arquivo frio do museu. As bobines foram inventariadas, no âmbito de um estágio realizado no Museu, e em 2005, a documentação textual foi inventariada e as bobines digitalizadas e catalogadas pela investigadora Rosário Pestana, no âmbito da sua investigação para o doutoramento</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Doação
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	<p>Contém documentação produzida no exercício das atividades musicais de Vergílio Pereira, enquanto regente e diretor de coros, compositor, etnomusicólogo, professor de ensino coral e colaborador com estudos musicais em revistas. Relacionado com a sua atividade de maestro, existem folhetos e programas dos concertos realizados pelos grupos corais Pequenas Cantoras de Portugal, Orfeão da Covilhã e Orfeão Castro Araújo, registos de concertos e audições, três filmes com concertos das pequenas Cantoras de Portugal e Orfeão do Porto, ainda por identificar, correspondência trocada no âmbito destas funções e documentos de despesa. Ainda no âmbito da sua atividade coral e de composição, estão presentes a música manuscrita e impressa, como as partituras autógrafas e as provas tipográficas de manuais de ensino coral.</p> <p>A documentação associada à sua atividade de etnomusicólogo consiste em documentos de campo resultantes do levantamento etnográfico realizado em Cinfães, Santo Tirso, Resende, Arouca, Felgueiras e Baião e na região da Beira Baixa. Do trabalho de recolha existem 46 bobines que contêm os registos sonoros de músicas tradicionais das regiões da Guarda, Santo Tirso, Felgueiras e Baião e na região da Beira Baixa, os cadernos de campo, correspondência, documentos de despesa, fotografias dos informantes e mediadores locais, mapas, circulares emitidas pelas juntas de freguesia, e ainda, as provas tipográficas dos cancioneiros. Do levantamento feito em Arouca e Resende existem apenas mapas e as provas tipográficas dos cancioneiros publicados.</p> <p>As gravações sonoras efetuadas em 1958, em Santo Tirso, foram subsidiadas pela Junta de Província do Douro Litoral. As restantes gravações, incluindo também Santo Tirso, no período compreendido entre 1961 e 1963, foram já realizadas ao serviço da Fundação Calouste Gulbenkian.</p> <p>Como colaborador em revistas, destacam-se os cadernos com apontamento e artigos que foram publicados na revista “O tripeiro”.</p>

	<p>Existem também textos manuscritos e datilografados que utilizou nas palestras e conferências em que participou, na qualidade de diretor de coros e etnomusicólogo, assim como textos de terceiros e recortes de imprensa.</p> <p>Contém também a correspondência trocada com outros músicos como Armando Leça, Joel Canhão, entre outros.</p>
Avaliação, selecção e eliminação	Não são conhecidas ações de avaliação e eliminação.
Ingressos adicionais	Não estão previstos ingressos.
Sistema de organização	<p>Classificação de base funcional, cujo quadro é o seguinte:</p> <p>SC A DIREÇÃO CORAL SR 01 PROGRAMAS E CONVITES DE CONCERTOS DE GRUPOS CORAIS</p> <p>SR 02 REGISTO DE ENSAIOS, CONCERTOS E AUDIÇÕES SR 03 DOCUMENTOS DE DESPESA SR 04 PROCESSOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO EM CONCURSOS DE CANTO CORAL SR 05 IMPRENSA SR 06 CURRÍCULOS VITAE</p> <p>SC B COMPOSIÇÃO SR 01 PARTITURAS MANUSCRITAS SR 02 PROCESSOS RELATIVOS À PRODUÇÃO DE LIVROS SOBRE CANTO CORAL</p> <p>SC C ENSINO CANTO CORAL SR 01 PROCESSOS RELATIVOS À PRODUÇÃO DE MANUAIS DE ENSINO CORAL</p> <p>SC D LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO SR 01 PROCESSOS DE LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO</p> <p>SC E COLABORAÇÃO NA IMPRENSA E REVISTAS SR 01 APONTAMENTOS SOBRE O VELHO PORTO MUSICAL SR 02 ESCRITOS SR 03 ESCRITOS DE TERCEIROS</p> <p>SC F INTERVENÇÃO EM CONFERÊNCIAS, PALESTRAS E COMUNICAÇÕES SR 01 PALESTRAS SOBRE GRUPOS CORAIS SR 02 CONFERÊNCIAS E COMUNICAÇÕES</p> <p>SC G ASSOCIATIVISMO SR 01 ESTATUTOS</p> <p>SC H CONTACTOS E RELAÇÕES SOCIAIS SR 01 CORRESPONDÊNCIA GERAL</p>
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	

Condições de acesso	Em conformidade com a legislação em vigor, a documentação está sujeita às restrições impostas pelo Decreto-Lei 16/93 de 23 de Janeiro, Artº 17.º, nºs 2 e 3. Diário da República, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico.
Condições de reprodução	A reprodução dos documentos está sujeita ao estado de conservação dos mesmos e à boa justificação dos fins a que se destina.
Idioma / Escrita	Português.
Instrumentos de descrição	Existe uma relação dos documentos, organizada tematicamente, produzida em 1981 e uma catalogação da documentação textual e registos sonoros (informação não tratada arquivisticamente) realizada em 2005.
ZONA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
Nota de publicação:	<p>CASTELO-BRANCO, Salwa, dir - Pereira, Vergílio José Gaspar. In <i>Enciclopédia da música em Portugal no século XX</i>. Lisboa : Círculo de Leitores, 2010. Vol L-P, p .988-989.</p> <p>GIGA, Idalete Garcia - O espólio etnomusicológico de Vergílio Pereira. Boletim. Lisboa: Associação Portuguesa de Educação Musical. Nº62, (Julho-Setembro 1989) p. 51-53.</p> <p>PESTANA, Rosário - Dar luz aos textos, silenciar as vozes “des”-conhecimento e distanciamento em processos de construção da “música portuguesa” (1939-59)”. <i>Arte e Filosofia</i>, 2011, p. 68-81.</p> <p>PESTANA, Maria do Rosário - A música na construção do Douro Litoral: coleção, estudo e divulgação de práticas polifónicas de música da tradição oral em Portugal: 1947-1959. <i>Etno-Folk: revista galega de etnomusicoloxía</i>. Nº 12 (2008), p. 31-54.</p> <p>PESTANA, Maria do Rosário - À luz do sol, ao pé da igreja [Texto policopiado]: música, identidade e género na construção do Douro Litoral. Lisboa : [s. n.], 2008. [6], 401 p. Tese de doutoramento, Ciências Musicais, Ramo Etnomusicologia.</p> <p>PESTANA, Rosário - Vergílio Pereira na Beira Alta: passos de uma etnografia musical crítica. <i>Beira Alta</i>. Vol. LXIV, fasc. 1 e 2 (2005), p. 203-220.</p> <p>SARDO, Susana - Música Popular e Diferenças Regionais In LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro (Eds.) - <i>Multiculturalidade: raízes e estruturas</i>. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2009. Cap.1 .</p>
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	<p>Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.</p> <p>As fontes para a elaboração da história biográfica estão referidas na Nota de publicação.</p>

Regras ou convenções:	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS –ISAD (G): Norma Geral internacional de descrição arquivística. 2.ª ed. Lisboa: IANTT, 2002. 97 p. DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. Programa de normalização da descrição em arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a Descrição Arquivística. 2ª Versão. Lisboa: DGARQ, 2007.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016.

Exemplo 3: descrições conforme a ISAD(G) ao nível da Secção e série

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/A
Título	Direção Coral
Data(s):	1926-1965
Nível de descrição	Secção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	2 cx. (documentação textual, filmes em película); papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Conjunto documental relacionado com a atividade profissional de Vergílio Pereira, enquanto regente e diretor de coros. Inclui programas de concertos, folhetos e convites que dizem respeito às atuações dos grupos corais Pequenas Cantoras de Portugal, Orfeão da Covilhã e Orfeão do Porto e Orfeão de Lordelos, registos de concertos e audições, documentos referentes às despesas e pagamentos efetuados por concertos realizados, documentos referentes à participação em concursos de canto coral, recortes de imprensa e currículos vitae.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/A/01
Título	Programas e Convites de Concertos de Grupos Corais
Data(s):	1926-1965
Nível de descrição	Serie
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	170 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Conjunto documental relacionado com a atividade profissional de Vergílio Pereira, enquanto regente e diretor de coros. Inclui programas de concertos, folhetos e convites que dizem respeito às atuações dos grupos corais Pequenas Cantoras de Portugal, Orfeão da Covilhã e Orfeão do Porto e Orfeão de Lordelos.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/A/02
Título	Registo de ensaios, concertos e audições
Data(s):	1952-1958
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	11 doc. (7 doc. manuscritos, 3 filmes em película) ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém os registos dos ensaios, concertos e audições realizados pelo Orfeão Castros Araújo, Orfeão da Covilhã, e Pequenas Cantoras de Portugal, e uma partitura com um Canto Processional. Os documentos incluem informação relativa ao nome das músicas, tonalidade, a autoria, a data dos ensaios e os concertos realizados.

	Existem também três filmes com registo de atuações
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC/MNE-VP/A/03
Título	Documentos de despesa
Data(s):	1938-1958
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	4 doc.; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Reune os comprovativos das despesas efetuadas com os concertos dados por Vergílio Pereira.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/A/04
Título	Processos relativos à participação em concursos de canto coral
Data(s):	1959
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	5 doc.; papel

ou extensão)	
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém os regulamentos relativo às Primeiras Olimpíadas de Canto Coral e lista de sociedades corais. Foram realizados concertos com o Orfeão do Porto com o objetivo de angariar dinheiro para custear as despesas para a participação em Paris nas Olimpíadas Internacionais de Canto Coral Amador.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/A/05
Título	Imprensa
Data(s):	1957-1962
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	6 doc.; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Conj. de recortes de imprensa sobre música coral e grupos orfeónicos. Inclui artigo sobre o Orfeão do Porto, grupo dirigido por Vergílio Pereira.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/A/06
Título	Currículos Vitae
Data(s):	1958-1965
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	3 doc.; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém os currículos Vitae de Vergílio Pereira, datilografados e com correções manuscritas, assinados pelo mesmo.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DAS NOTAS	
Notas	Um dos currículos contém a seguinte anotação: Fornecido a D. M ^a Amélia Magalhães, para juntar à foto que deverá figurar numa exposição em Espanha.
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/B
Título	Composição
Data(s):	1918-1950
Nível de descrição	Seção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	1 cx. (documentação textual); papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Conjunto documental relacionado com a atividade profissional de

	Vergílio Pereira, enquanto compositor. Inclui música manuscrita e impressa. Contém as provas tipográficas do livro “Coro Lusíadas (para a juventude)” do livro “Coral infantil (coros a 2 e 3 vozes)”. Existe uma versão manuscrita do livro “Coral Infantil”. Os livros reúnem músicas populares coligidas por Vergílio Pereira e adaptadas aos corais infantis. Essas composições eram utilizadas no repertório dos coros.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/B/01
Título	Partituras manuscritas
Data(s):	1918-1940
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	14 partituras. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	A série é constituída por partituras manuscritas, autógrafas. Contém músicas populares harmonizadas por Vergílio Pereira para integrarem os reportórios dos coros. Inclui músicas que fazem parte do livro “Coral infantil (coros a 2 e três vozes)”.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
Unidades de descrição relacionadas	Relação complementar com a Série 02 Processos relativos à produção de livros sobre Canto Coral
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/B/02
Título	Processos relativos à produção de livros sobre Canto Coral
Data(s):	1940-1950
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	6 doc. (provas tipográficas, 1 livro manuscrito); papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Inclui as provas tipográficas do livro “Coro Lusíadas (para a juventude)” do livro “Coral infantil (coros a 2 e 3 vozes)”. Existe uma versão manuscrita do livro “Coral Infantil”. Os livros reúnem músicas populares coligidas por Vergílio Pereira e adaptadas aos corais infantis. As provas têm correções manuscritas.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
Unidades de descrição relacionadas	Relação complementar com a Série 01 Partituras Manuscritas
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/C
Título	Ensino Canto Coral
Data(s):	1939
Nível de descrição	Seção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	4 docs. (documentação textual,); papel

ou extensão)	
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Documentação relacionada com a atividade de ensino de canto coral. No exercício dessa atividade produziu manuais de ensino de música e canto coral. Contém as provas tipográficas dos livros “Canto coral: o meu diário (exercícios graduados) elaborado de harmonia com o solfejo graduado para liceus, colégios e grupos corais” e “Compêndio de solfejo graduado e noções elementares de teoria para liceus, colégios e grupos corais”.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/C/01
Título	Processos relativos à produção de manuais de Ensino Coral
Data(s):	1939
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	4 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém as provas tipográficas dos livros “Canto coral: o meu diário (exercícios graduados) elaborado de harmonia com o solfejo graduado para liceus, colégios e grupos corais e “Compêndio de solfejo graduado e noções elementares de teoria para liceus, colégios e grupos corais” e um documento de despesa relativo à produção dos manuais. Existe um exemplar do livro Canto coral , edição do autor.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português

ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
Unidades de descrição relacionadas	Relação complementar com a Série 02 Processos relativos à produção de livros sobre Canto Coral
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/D
Título	Levantamento etnográfico
Data(s):	1947-1963
Nível de descrição	Seção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	6 cx. (doc. textual, mapas, fotografias, 46 bobines); papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Reune a documentação produzida no âmbito do levantamento etnográfico realizado ao serviço da Junta de Província do Douro Litoral nos concelhos Cinfães, Resende, Arouca e Santo Tirso, entre 1947 e 1958 e como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian entre 1961 e 1963, nos concelhos de Felgueiras e Baião, Santo Tirso, Guarda, e na região da Beira Baixa.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016
ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/D/01
Título	Processos de Levantamento Etnográfico
Data(s):	1947-1963
Nível de descrição	Série

Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	6 cx. (doc. textual, mapas, fotografias, 46 bobines); papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém os processos correspondentes ao levantamento etnográfico realizado em Cinfães, Santo Tirso, Resende, Arouca, Felgueiras e Baião, Guarda, e na região da Beira Baixa. Do levantamento efetuado em Cinfães existe apenas um mapa de recolha e um conjunto de provas tipográficas com 50 transcrições de cramóis cinfanenes. Relativamente a Arouca, contém dois mapas manuscritos com as indicações das localidades. Do trabalho de recolha existem 46 bobines que contêm os registos sonoros de músicas tradicionais das regiões da Guarda, Santo Tirso, Felgueiras e Baião e Baixa Beira. Inclui os cadernos de campo, a correspondência que atesta os contactos efetuados por Vergílio Pereira, os documentos de despesa, fotografias dos informantes e mediadores locais, mapas com os locais das recolhas assinalados, circulares emitidas pelas juntas de freguesia, e ainda, as provas tipográficas dos cancioneiros. As gravações sonoras efetuadas em 1958, em Santo Tirso, foram subsidiadas pela Junta de Província do Douro Litoral. As restantes gravações, onde se inclui também Santo Tirso, no período compreendido entre 1961 e 1963, foram já realizadas ao serviço da Fundação Calouste Gulbenkian.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/E
Título	Colaboração na Imprensa e Revistas
Data(s):	1957-1963
Nível de descrição	Seção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	1 cx. (documentação textual) ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	

Âmbito e conteúdo	Contém documentação produzida e acumulada enquanto colaborador em jornais e revistas. Reune um conjunto de textos datilografados, da autoria de Vergílio Pereira e também de terceiros. Inclui recortes de imprensa e caderno de apontamentos usados na redação de artigos para a revista <i>O Tripeiro</i> .
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/E/01
Título	Apontamentos sobre o Velho Porto Musical
Data(s):	[1960]
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	2 cadernos ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Reune os cadernos com os apontamentos para a redação dos artigos sobre as temporadas musicais no Teatro S. João do Porto que foram publicados na revista “O Tripeiro”, entre 1960 e 1967, já postumamente.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/E/02
Título	Escritos
Data(s):	1963
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	4 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Inclui textos datilografados com correções manuscritas, da autoria de Vergílio Pereira que versam a música polifónica.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/E/03
Título	Escritos de terceiros
Data(s):	1957
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	6 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Inclui textos datilografados com correções manuscritas, da autoria de Armando Figueiredo, e recortes de imprensa de outros autores que escreveram artigos que versam os grupos orfeónicos, a crise no ensino da música e a importância da música popular. Os textos têm indicações onde iriam ser publicados. Um dos recortes de imprensa diz respeito ao texto datilografado e corrigido. As correções parecem ser feitas por Vergílio Pereira.

CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/F
Título	Intervenção em Conferências, Palestras e Comunicações
Data(s):	[195?]
Nível de descrição	Seção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	1 cx. (doc. textual) ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Reune um conjunto de textos datilografados e manuscritos que estão relacionados com a intervenção em conferências e colóquios. Existe documentação que inclui as palestras realizadas sobre as Pequenas Cantoras de Portugal e a música polifónica, comunicações sobre as recolhas efetuadas e que refletem a defesa da música tradicional por Vergílio Pereira.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/F/01
Título	Palestras sobre grupos corais
Data(s):	1957-1965
Nível de descrição	Serie

Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	9 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Reune um conjunto de textos datilografados e manuscritos que estão relacionados com as palestras realizadas sobre a atividade dos grupos corais. Destacam-se as palestras realizadas sobre o grupo Pequenas Cantoras de Portugal, onde é apresentado o repertório e é feito o historial do coro. Nestas intervenções, que geralmente precediam a atuação do coro, Vergílio defende as virtudes do ensino do canto coral e a importância da música polifónica.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/F/02
Título	Conferências e Comunicações
Data(s):	1958
Nível de descrição	Serie
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	1 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém a Comunicação ao Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/G
Título	Associativismo
Data(s):	[195?]
Nível de descrição	Seção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	1 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém os Estatutos de uma Sociedade de defesa da música. Este documento atesta o envolvimento de Vergílio Pereira com associações ligada à Musica.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/G/01
Título	Estatutos
Data(s):	[195?]
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	1 doc. ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém os Estatutos de uma Sociedade de Defesa da Música. Desconhece-se se esta se chegou a constituir.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	

Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/H
Título	Contactos e Relações Sociais
Data(s):	1932-1963
Nível de descrição	Secção
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	3 envelopes (doc. textual) ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Contém correspondência pessoal e institucional, emitida e recebida por Vergílio Pereira, relacionada com a sua actividade profissional enquanto maestro e etnomusicólogo. Reune igualmente cartões de felicitações, postais e telegramas por concertos realizados e prémios recebidos. A correspondência trocada com outros músicos e etnomusicólogos atesta os interesses musicais e projetos associados aos mesmos.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	PT/DGPC-MNE/VP/H/01
Título	Correspondência Geral
Data(s):	1932-1963
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)	3 envelopes (doc. textual) ; papel
ZONA DO CONTEÚDO E ESTRUTURA	

Âmbito e conteúdo	Contém correspondência pessoal e institucional, emitida e recebida por Vergílio Pereira, relacionada com a sua actividade profissional enquanto maestro, etnomusicólogo e a sua colaboração com jornais e revistas. Inclui igualmente, correspondência trocada com as associações das quais era sócio. Reune igualmente cartões de felicitações, postais e telegramas por concertos realizados e prémios recebidos. Inclui correspondência com músicos e outras personalidades ligadas à música como Barradas de Oliveira, Lopes Graça, João de Freitas Branco, Joel Canhão, Humberto d'Ávila, Rebelo Bonito entre outros.
CONDIÇÕES DE ACESSO E DE UTILIZAÇÃO	
Idioma / Escrita	Português
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
Nota do arquivista	Descrição realizada por Ana Cristina Ramalho Henriques Correia.
Data da descrição	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016

Exemplo 4: ISDF: descrição conforme a ISDF (adaptada)

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Tipo	Função
Forma(s) autorizada(s) do nome	Direção Coral
Forma(s) paralela(s) do nome	
Outra(s) forma(s) do nome	
Classificação	SC A
ZONA DO CONTEXTO	
Datas	1920-1965
Descrição	A Direção Coral compreende as atividades de escolha, preparação e execução das práticas musicais, seleção de repertório, ensaios e apresentações
História	
Legislação	

ZONA DAS RELAÇÕES	
Forma autorizada do nome / Identificador da função relacionada	
Tipo de relação	
Categoria do relacionamento	
Descrição da relação	.
Datas da relação	
ZONA DO CONTROLO	
Identificador da descrição da função	SC A
Identificadores da instituição	
Regras e / ou convenções utilizadas	
Estatuto	
Nível de detalhe	Médio
Datas de criação, revisão ou eliminação	20 de Abril de 2016
Idioma(s) e escrita(s)	Português

Exemplo 5: descrição conforme a ISDIAH

ZONA DA IDENTIFICAÇÃO	
Identificador	PT/DGPC-MNE
Forma(s) autorizada(s) do nome:	Direção - Geral do Património Cultural -Museu Nacional de Etnologia
Tipo da instituição com acervo arquivístico	Museu Nacional

ZONA DO CONTACTO	
Endereço	Museu Nacional de Etnologia Avenida Ilha da Madeira, 1400-203 Lisboa
Telefone, fax, e-mail	Telef: 21 304 11 60/9 Fax: 21 010 92 06 geral@mnetnologia.dgpc.pt
ZONA DA DESCRIÇÃO	
História da entidade detentora	<p>O Museu de Etnologia do Ultramar, mais tarde designado como Museu Nacional de Etnologia, foi formalmente criado em 1965 pelo Decreto-Lei nº 46254, de 19 de Março de 1965, mas a sua conceção, assim como a constituição das coleções, já tinham sido iniciadas uns anos antes.</p> <p>Jorge Dias, que viria a ser o diretor do Museu de Etnologia do Ultramar, liderou campanhas em Moçambique, no âmbito da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, nos anos de 1957-1959. Destas campanhas e investigação no terreno, foram reunidos um conjunto de objetos representativos da cultura Maconde, que foram expostos no subsolo do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e que viria a constituir o núcleo inicial do futuro Museu. Em 1960, foi inaugurado um museu escolar neste instituto, já com mais material proveniente das missões</p> <p>Em 1962, a Portaria 19480, de 5 de Novembro de 1962, criava na Junta de Investigações do Ultramar a Missão Organizadora do Museu do Ultramar com o objetivo de “recolher, estudar e catalogar todo o material e documentação” que viesse a ser incorporado no futuro Museu. Esta missão iria ser realizada em conjunto com o Centro de Estudos de Antropologia Cultural, e ficava sobre a orientação do Diretor do Centro, na altura Jorge Dias. O espaço do Instituto que albergava o material das missões tornou-se insuficiente para receber as recolhas resultantes das missões pelo que, em 1963, este é transferido para algumas dependências do Museu Agrícola do Ultramar, em Belém. Em 1963, o museu é transferido para um prédio na Rua Rodrigo da Fonseca, onde permanecerá durante dois anos.</p> <p>Em 1965 o museu é criado, e o seu diretor, o antropólogo Jorge Dias, reúne uma equipa constituída por elementos de sua confiança com Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano e Margot Dias, vindos do Centro de Estudos de Etnologia, com os quais já havia realizado um trabalho sistemático de estudo da cultura material, de norte a sul de Portugal, desde os finais dos anos 40. Estes objetos irão integrar as coleções do museu.</p> <p>A visão de um museu de carácter universalista, aberto a todas as culturas e o sistemático e rigoroso estudo das coleções são defendidas por Jorge Dias e os seus colaboradores.</p> <p>No final do ano de 1965, o museu transita para um sector do Palácio</p>

	Vale Flor. Em 1972, dá-se início à construção do edifício, da autoria do arquiteto António Saragga Seabra. Só em 1975 é que o Museu passa das suas antigas instalações, para o novo espaço, já após a morte do seu fundador, Jorge Dias. Desde a sua origem até ao presente, o Museu foi enriquecendo as suas coleções desde a coleção Maconde, a coleção dos índios da Amazônia, até às alfaías agrícolas, estudadas e publicadas pela equipa do museu, passando por Angola, Indonésia e Timor, até às mais recentes, provindas de doações, como a coleção do Mali ou de olaria portuguesa.
Mandatos/Fontes de autoridade	Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004 Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural - <u>Lei 107/2001, de 8 de setembro</u>
ZONA DO ACESSO	
Horários de abertura	3ª das 14h às 18h; 4ª a Dom. das 10h às 18h. Biblioteca: 2ª a 6ª das 9h15 às 12h30, das 14h00 às 17h15. Encerra a 1 de janeiro, domingo de Páscoa, 1 de maio, 13 de junho e 25 de dezembro.
Condições e requisitos de acesso e utilização	O acesso à documentação arquivística é feito mediante pedido submetido à Direção. O acesso às coleções em exibição é facultado a todos, mediante aquisição de bilhete.
Acessibilidade	Autocarros: 28, 714, 732 Camionetas: 113 e 114 Comboio: Estação de Belém, Linha de Cascais/Cais do Sodré Autocarro turístico: partida de Belém, junto ao mosteiro dos Jerónimos; Paragem - Museu Nacional de Etnologia O Museu possui equipamento para pessoas com mobilidade reduzida
Identificador da descrição	
Identificador da Instituição	Museu Nacional de Etnologia
Regras e / ou convenções utilizadas	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2008) – ISDIAH: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. Programa de normalização da descrição em arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Orientações para a Descrição Arquivística. 2ª Versão. Lisboa: DGARQ, 2007
Estatuto	Versão preliminar
Nível de detalhe	Médio

Datas de criação, revisão ou eliminação	Descrição elaborada a 20 de Abril de 2016
Idiomas e escritas	Português
Fontes	<p>CANTINHO, Manuela (2009) - Jorge Dias e o Museu do Homem Português. (Consult. 05-01-2015). Disponível na internet URL: http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=15182</p> <p>Museu Nacional de Etnologia / Público [Jornal]. - [Lisboa] : Público, [199-]. - p. 138-168 : il. 30 cm. - (Museus de Portugal ; 4/0). - Sep. do jornal : Público</p> <p>OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1972) - Museu de Etnologia do Ultramar. Separata de: Geográfica: revista da Sociedade de Geografia de Lisboa. - N° 29, Ano 8 (Janeiro 1972), p. 4-21</p> <p>OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1972) - Povos e Culturas (Introdução). Museu de Etnologia do Ultramar. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.</p> <p>PEREIRA, Benjamim (1989) - Ernesto Veiga de Oliveira e o Museu de Etnologia. <i>In</i>: Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos de Etnologia, p. 555-568</p> <p>PEREIRA, Rui - Trinta anos de museologia etnológica em Portugal: breve contributo para a história das suas origens <i>In</i>: Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos de Etnologia, 1989, p.-569-580.</p>
Notas de manutenção	Autor: Ana Cristina Ramalho Henriques Correia